

# MAIS INCLUSÃO

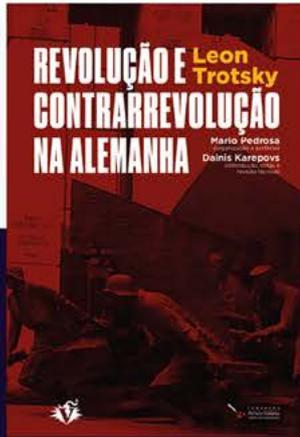
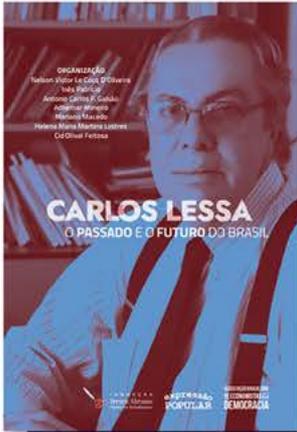


focus  
BRASIL

Fundação Perseu Abramo 20 de Novembro de 2023 Nº 122

Lei de Cotas é atualizada após 10 anos  
Dia 20: Lula e Anielle Franco assinam pacote de medidas  
Em artigo, Benedita da Silva escreve sobre as cotas  
Como se saiu o Brasil no Grammy Latino

# CONHEÇA A FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO



## 27 ANOS PRODUZINDO CONHECIMENTO E FORMAÇÃO POLÍTICA

Fundação Perseu Abramo | Formação | Publicações | Memória | Teoria e Debate | Acervo Social | Observa BR

POLÍTICA | ECONOMIA | CULTURA | MEIO AMBIENTE | PÚBLICO | INTERNACIONAL | SOCIAL | PERIFÉRIAS | PODCAST | VÍDEOS | ÁGENDA

### formação FPA

CLIQUE AQUI E ACESSA NOSSOS CURSOS

- CASB Lançamento do Documento Inicial do Grupo de Trabalho Técnico do PT: AS CLASSES TRABALHADORAS BASE DOCUMENTADA EM 1980-1987
- FORMAÇÃO SOCIAL Lançamento de Economia Solidária: Formação Social

### Publicações

- Revista Reconexão Periferias - maio 2023
- Viver por conta própria

■ **ACOMPANHE NOSSOS CANAIS E RECEBA NOSSAS PUBLICAÇÕES!**



[www.fpabramo.org.br](http://www.fpabramo.org.br)



[@fpabramo](https://twitter.com/fpabramo)



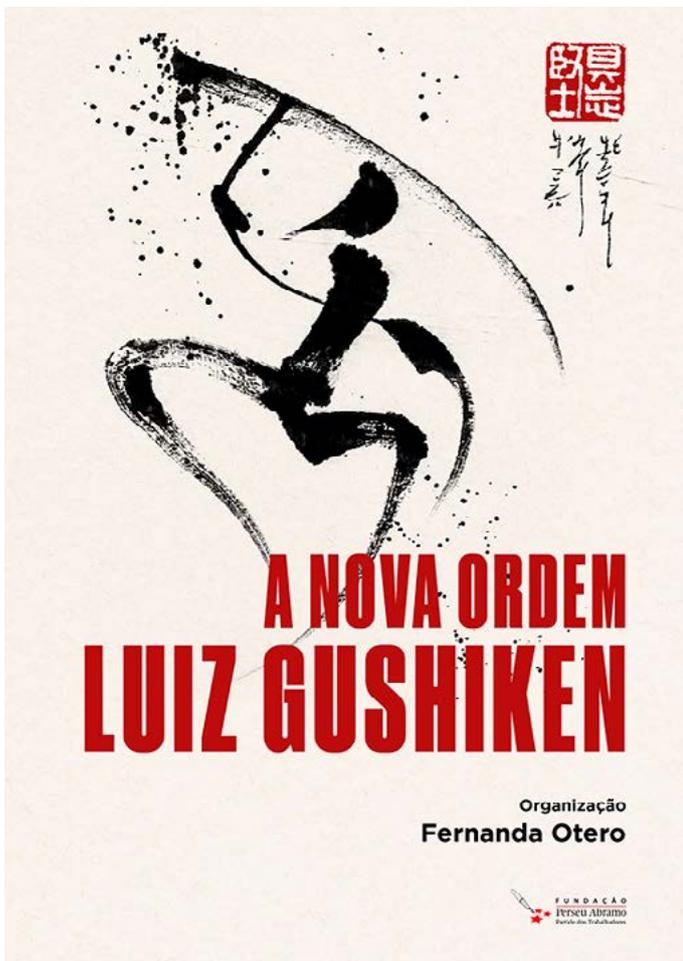
[Fundação Perseu Abramo](https://www.youtube.com/fpabramo)



[@fpabramo](https://www.instagram.com/fpabramo)



FUNDAÇÃO  
**Perseu Abramo**  
Partido dos Trabalhadores



focus  
BRASIL

Uma publicação da Fundação Perseu Abramo

Diretor de Comunicação: Alberto Cantalice

Coordenador de Comunicação: Pedro Camarão

Colaboradores: Bia Abramo, Fernanda Estima,

Fernanda Otero, Guto Alves, Isaías Dalle,

Nathalie Nascimento e Paulo Chagas



FUNDAÇÃO  
Perseu Abramo  
Partido dos Trabalhadores

#### DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Paulo Okamoto

Vice-presidenta: Vivian Farias

Diretoras: Elen Coutinho e Naiara Raiol

Diretores: Alberto Cantalice, Artur Henrique da Silva

Santos, Carlos Henrique Árabe, Jorge Bittar,

Valter Pomar e Virgílio Guimarães

#### CONSELHO CURADOR

Presidenta: Eleonora Menicucci

Conselheiros: Ana Carolina Moura Melo Dartora, Ana Maria

de Carvalho Fontenele, Arthur Chioro, Azilton Ferreira

Viana, Camila Vieira dos Santos, Celso Luiz Nunes Amorim,

Dilson de Moura Peixoto Filho, Eliane Aquino Custódio,

Elisa Guaraná de Castro, Esther Bemerguy de Albuquerque,

Everaldo de Oliveira Andrade, Fernando Damata Pimentel,

Fernando Dantas Ferro, Francisco José Pinheiro, Iole Ilíada

Lopes, José Roberto Paludo, José Zunga Alves de Lima,

Laís Wendel Abramo, Luciano Cartaxo Pires de Sá, Luiza

Borges Dulci, Maria Isolda Dantas de Moura, Nabil Georges

Bonduki, Nilma Lino Gomes, Paulo Gabriel Soledade Nacif,

Sandra Maria Sales Fagundes, Sergio Nobre, Tereza Helena

Gabrielli Barreto, Vladimir de Paula Brito.

#### SETORIAIS

Coordenadores: Elisângela Araújo (Agrário),

Henrique Donin de Freitas Santos (Ciência e Tecnologia

e Tecnologia da Informação), Martvs Antonio Alves

das Chagas (Combate ao Racismo), Juscelino França

Lopo (Comunitário), Márcio Tavares dos Santos Chapas

(Cultura), Adriano Diogo (Direitos Humanos), Tatiane

Valente (Economia Solidária), Maria Teresa Leitão de Melo

(Educação), Alex Sandro Gomes (Esporte e Lazer), Janaína

Barbosa de Oliveira (LGBT), Anne Moura (Mulheres),

Nádia Garcia (Juventude) Nilto Ignacio Tatto (Meio

Ambiente e Desenvolvimento), Rubens Linhares

Mendonça Lopes Chapas (Pessoas com Deficiência),

Eliane Aparecida da Cruz (Saúde) e

Paulo Aparecido Silva Cayres (Sindical)

#### CONTATOS

webmaster@fpabramo.org.br

Endereço: Rua Francisco Cruz, 234 Vila Mariana

São Paulo (SP) - CEP 04117-091

Telefone: (11) 5571-4299 Fax: (11) 5573-3338

**CONTRIBUA COM A REVISTA**  
**REVISTA RECONEXÃO PERIFERIAS**

Convidamos ativistas, coletivos e movimentos para contribuir com a Revista Reconexão Periferias de fevereiro.

O tema do mês será sobre as ruas, como espaços de disputa, defesa da democracia e também alegria, nas festas populares do carnaval. **Textos, artigos, fotos, ilustrações, poemas e toda forma de expressão que possa estar consolidada na Revista são bem vindos!**

Envie um e-mail para [estudosperiferias@gmail.com](mailto:estudosperiferias@gmail.com) para maiores informações.

**SERÁ MUITO LEGAL TER A PARTICIPAÇÃO DE VOCÊS!**

FUNDAÇÃO Perseu Abramo Partido dos Trabalhadores

REVISTA RECONEXÃO PERIFERIAS



# CONTRA O RACISMO ESTRUTURAL

Pacote de medidas pela igualdade lançado pelo governo federal racial marca Dia da Consciência Negra: valorização da herança africana, combate à violência contra a juventude e incentivo à inclusão de mulheres no mercado de trabalho estão entre medidas.

Página 10

## NOVA LEI DE COTAS

Revisão dos 10 anos amplia acesso à universidade

Página 09

## ENTREVISTA Socióloga

Márcia Lima analisa êxito de ações afirmativas

Página 12

**OPINIÃO** Benedita da Silva destaca importância da educação para superação do racismo

Página 19

**EDUCAÇÃO** Como foi a revisão da Lei de Cotas por Dandara Castro

Página 21

**SOCIEDADE** Novas regras da guarda compartilhada protegem vítimas de violência doméstica

Página 22

## TRABALHO Número

crecente de microempreendedores desafia legislação trabalhista

Página 24

**RACISMO** Pesquisa mostra como mulheres negras são as maiores vítimas de violência de gênero

Página 25

**POLÍTICA** Deputada Carla Zambelli tem recurso negado no caso do porte ilegal de arma

Página 27

**CRISE CLIMÁTICA** Ondas de calor excessivo aumenta mais de sete vezes em 60 anos

Página 28

## INTERNACIONAL

Presidente Lula debate políticas de gênero com mulheres dirigentes da América Latina

Página 30

## GUERRA EM GAZA

Conselho de Segurança da ONU aprova recomendação de pausa humanitária

Página 35

Greve de roteiristas dos EUA regula uso da Inteligência Artificial no setor

Páginas 37

**MÚSICA** Os prêmios dos artistas brasileiros no Grammy Latino 2023

Páginas 42

# SEGURANÇA PÚBLICA



## O ESPERNEIO DA CRIMINALIDADE E OS ATAQUES A FLÁVIO DINO

Alberto Cantalice

**A** ofensiva contra o ministro da Justiça e Segurança Pública Flávio Dino soa cada vez mais estranha. Foi só o ministro empreender um cerco ao garimpo ilegal, ao desmatamento e ao contrabando na Amazônia; enfrentar o crime organizado do Rio de Janeiro e instalar sob orientação do presidente Lula a GLO nos portos e aeroportos Brasil afora para começarem os ataques.

É notória a insatisfação da bancada de deputados federais e senadores no Congresso com a desenvoltura do ministro. A firme decisão de Lula de desarmar a bomba do armamentismo irresponsável, que propiciou a aquisição de armamento legal por grupos criminoso, foi outro pon-

to de discórdia.

Artífices de um discurso demagógico e mentiroso na questão da segurança pública, os bolsonaristas saíram governo no final de 2022 sem deixar uma única realização digna de nota. A interferência criminosa na Polícia Federal e o uso da Polícia Rodoviária Federal para fins eleitoreiros causaram uma mancha indelével no prestígio dessas corporações envergonhando a imensa maioria de seus componentes.

O firme compromisso de derrotar as máfias instauradas pelas milícias e o tráfico armado, quebrando os seus braços financeiros, é o início do processo de retomada pelo Estado de territórios dominados pelas organizações criminosas que oprimem os trabalhadores, e transformam a vida da imensa maioria da população em verdadeiro inferno.

Outro fato relevante é o trabalho a ser feito junto aos governadores das 27 unidades da federação para pôr fim às práticas truculentas das polícias no trato com a coletividade e um promover o enfrentamento sem trégua à corrupção que corrói parte dos organismos policiais.

Um novo papel para as atuais guardas municipais pode ser um grande movimento de fortalecimento do policiamento de proximidade. A Proposta de Emenda Constitucional, PEC 57, cujo substitutivo é de relatoria da deputada federal e delegada de polícia Adriana Accorsi do PT de Goiás, fortalece as guardas municipais e amplia o escopo de sua atuação ao inseri-la no Artigo 144 da Constituição Federal.

A segurança pública não é pauta da extrema-direita e é um direito de todos!•



# NOVA LEI DE COTAS AMPLIA ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR

Principal objetivo é garantir o direito à educação para mais pessoas e assegurar condições de permanência na universidade e na pós-graduação

**Bia Abramo**

**A** nova Lei de Cotas, sancionada pelo presidente Lula na segunda-feira, 13 de novembro, em cerimônia no Palácio do Planalto, representa um esforço conjunto de movimentos sociais e entidades de professores e estudantes no sentido de aperfeiçoar uma das mais importantes políticas públicas dos governos Lula e Dilma.

Entre as principais mudanças, estão reserva de 50% das vagas de ingresso nos cursos de graduação para estudantes com ren-

da familiar igual ou menor a um salário mínimo, inclusão de quilombolas na reserva de vagas; políticas de inclusão em programas de pós-graduação de pretos, pardos, indígenas e quilombolas e pessoas com deficiência; e avaliação do programa a cada dez anos, com ciclos anuais de monitoramento.

De acordo com Lula, a Lei de Cotas integra uma série de programas que fez uma “revolução pacífica” na educação brasileira: “Juntamente com o Reuni, o Prouni e o Refis, a Lei de Cotas provocou uma revolução pacífica na educação brasileira ao abrir as portas das universidades

federais para jovens de baixa renda, negros, pardos, indígenas e pessoas com deficiência”, afirmou em discurso na cerimônia. Desde a criação da Lei de Cotas, mais de 1,5 milhão de brasileiros ingressaram em um curso de graduação nas instituições públicas, sendo mais de 810 mil por intermédio do Sisu.

Promulgada em 2012, a Lei de Cotas estabeleceu regras de reparação histórica a estudantes negros, indígenas, de baixa renda e portadores de deficiência para o ingresso nas universidades federais. Mesmo que tenha sido elaborada a partir de experiências internacionais e locais



Presidente Lula assina a lei ao lado das ministras Sonia Guajajara e Anielle Franco e dos ministros Camilo Santa e Silvio Almeida

bem-sucedidas, como a lei dos EUA e a UERJ e UnB, a lei foi atacada por muitos lados. Seus críticos apontavam desde uma suposta “injustiça” em relação aos outros estudantes, sobretudo de baixa renda, passando por um fantasioso rebaixamento de cursos universitários e culminando em projeções de que as cotas fomentariam o racismo.

Em uma década de aplicação e, mais ainda, ampliação da lei de 2012 e de outras ações afirmativas que se seguiram, e mesmo com resultados positivos eloquentes desde seus primeiros anos, a nuvem de preconceitos variados e falácias de análise nunca deixou de pesar sobre a Lei de Cotas, sobretudo no período entre 2019 e 2022. No ano passado, quando o aniversário de 10 anos exigia, tal como já previsto, um trabalho de revisão das regras, as forças conservadoras estavam se preparando, inclusive, para decretar seu fim (leia texto à página xxx sobre o tema).

Não apenas as cotas não acabaram, como seus benefícios

foram ampliados nesta versão aprovada no Congresso e sancionada pelo presidente Lula. A lei já previa revisão após dez anos de sua sanção, em 2022. Com isso, iniciou-se o processo de reformulação da política no país. Em outubro deste ano, 11 anos após a implementação das cotas, o Congresso Nacional concluiu a tramitação do PL 5384/2020, de autoria da deputada federal Maria do Rosário (PT-RS), com a relatoria do presidente da Comissão de Direitos

Humanos (CDH), senador Paulo Paim (PT-RS).

A importância de mais esse passo na ampliação de direitos foi destacada pelos ministros presentes à cerimônia de sanção. A ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco, ressaltou que, quando ingressou na universidade, havia apenas cinco mulheres negras na sala de aula. “Depois da lei de libertação da escravidão, a Lei de Cotas do ensino superior é a maior política de reparação que o Estado





Na cerimônia que apresentou a nova Lei de Cotas no Palácio do Planalto, estiveram presentes movimentos sociais ligados à educação

brasileiro já produziu em seus mais de 500 anos de existência”, disse a ministra, beneficiária da Lei de Cotas. Segundo a ministra dos Povos Indígenas, Sônia Guajajara, em 2011 havia menos de 10 mil indígenas matriculados no ensino superior brasileiro. Hoje, são cerca de 50 mil indígenas na universidade.

Outra das novidades da nova Lei de Cotas, é a designação de outros ministérios como responsáveis pelo acompanhamento do programa: além do Ministério da Educação (MEC), foram incluídas as pasta de Igualdade Racial; Direitos Humanos e da Cidadania; Povos Indígenas e Secretaria Geral da Presidência da República.

## LEI DE COTAS, UMA HISTÓRIA DE SUCESSO

A permanência e ampliação da Lei de Cotas também se deve ao sucesso de seus resultados, tanto quantitativos quanto qua-

# A LEI DE COTAS É A MAIOR POLÍTICA DE REPARAÇÃO QUE O ESTADO BRASILEIRO PRODUZIU EM SEUS MAIS DE 500 ANOS DE EXISTÊNCIA

litativos. Os números são muito eloquentes: em 2019, 55.122 estudantes pretos, pardos ou indígenas ingressaram no ensino

superior público. Sem as subcotas étnico-raciais, esse número seria de 19.744. No mesmo ano, entraram nas instituições 45.640 alunos de baixa renda. Sem a reserva de vagas, seriam 19.430. Por meio das cotas, 6.801 pessoas com deficiência ingressaram nas instituições de ensino federais. Se não fossem as cotas, seriam apenas 66 pessoas nessas condições.

O Censo do Ensino Superior de 2022 indicou que a taxa de permanência e de conclusão do curso entre cotistas chega a ser 10% maior do que a taxa entre estudantes da ampla concorrência. Estudantes que ingressam pelas cotas mostram desempenho acadêmico igual ou superior ao dos discentes que ingressaram pelo sistema de ampla concorrência. De acordo com o Ministério da Igualdade Racial, até dezembro de 2021, mais da metade dos programas de pós-graduação das universidades públicas tinham algum tipo de ação afirmativa no processo seletivo.●



Divulgação/Ministério da Igualdade Racial

# MINISTÉRIO DA IGUALDADE RACIAL LANÇA NOVO PACOTE DE MEDIDAS

# Em cerimônia no Planalto, presidente Lula assinará, junto à ministra Anielle Franco, mais um Pacote da Igualdade Racial, neste dia 20, Dia da Consciência Negra. Na última semana, presidente sancionou a nova Lei de Cotas

Guto Alves

**P**ara marcar o mês de novembro, em especial na data de hoje, o Dia da Consciência Negra, o ministério da Igualdade Racial anunciou uma série de medidas e pacotes de promoção de políticas públicas, trazendo à luz debates importantes, como a nova Lei de Cotas, recentemente aprovada pelo Congresso e sancionada pelo presidente Lula.

O mote da campanha do governo deste ano é “Memória, respeito e direitos: Brasil pela igualdade”, em programa lançado pela ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco.

Criado pelo presidente durante ato de posse, como prometido durante a campanha, é o primeiro ano que o ministério da Igualdade Racial passa pela data.

O MIR tem programação especial e página dedicada à data, dentro do site oficial do órgão. Ações para comunidades quilombolas, para a área da educação, punição aos crimes de racismo, Lei de Cotas e combate ao racismo nos esportes foram alguns dos temas apresentados pela chefe da pasta da Igualdade Racial para o “Novembro negro”.

“Tivemos muitas entregas para este mês, corremos pelo país inteiro dialogando com vários municípios e estados. Nós temos o Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Sinapir) que está fazendo diversas entregas importantes para que as pessoas tenham condições de trabalho e promovam a igualdade racial

nos órgãos estaduais”, contou a ministra da pasta, em entrevista à TV Brasil.

Hoje, em cerimônia oficial no Palácio do Planalto, o presidente Lula, junto à ministra, assinará mais um Pacote da Igualdade

## REAFIRMAR A VALORIZAÇÃO DA HERANÇA AFRICANA E A CONTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO NEGRA AO PAÍS SÃO MANEIRAS DE COMBATER O RACISMO

Racial. Nele, constam titulações de territórios quilombolas, programas nacionais, edital, grupos de trabalho interministeriais, acordos de cooperação, e outras iniciativas que garantem ou ampliam o direito à vida, à terra, à inclusão, à memória e à reparação. O evento será transmitido ao vivo pelo canal no YouTube do Planalto, às 10h.

Em março, o primeiro Pacote da Igualdade Racial foi entregue. Nele, havia medidas que visavam garantir a titulação de terras quilombolas, a reserva de vagas para pessoas negras na administração pública, a redução da letalidade da juventude negra e a criação de grupos interministeriais para elaboração de ações em prol da igualdade racial. Agora, é lançado um pacote de medidas que se propõe a reafirmar a valorização da herança africana e a contribuição da população negra na construção do nosso país.

Na página principal do ministério, é possível acessar um espaço com todas as ações relacionadas à data elaboradas pelo governo. Além disso, há um “Mapa da igualdade racial”, um mapa interativo em que se pode procurar e inscrever eventos e ações realizadas em todo o país, basta clicar na cidade desejada e conferir.

Outra ação anunciada pela ministra da Igualdade Racial foi a criação de um Plano de Comunicação Antirracista na administração pública, em conjunto com Paulo Pimenta, ministro da Secom. Anielle recebeu a “imprensa negra” na última sexta, 17, em Brasília, para anunciar o plano.

“Uma comunicação que seja efetivamente antirracista, com fortalecimento de mídias negras e contra estereótipos que reproduzem o racismo está no nosso foco. A sociedade civil poderá participar por meio de consulta pública e também como convidados das reuniões periódicas”, contou. •

# APROVADA REDAÇÃO FINAL DO PLANO JUVENTUDE NEGRA VIVA

Plano tem como finalidade abordar as políticas voltadas à redução da violência letal e vulnerabilidades que atingem a juventude negra brasileira.

O Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), destinado à elaboração do Plano Juventude Negra Viva (PNJV), se reuniu na última terça-feira, 7, para apresentar e aprovar a redação final do Plano. O encontro faz parte do conjunto de ações realizadas para a construção coletiva do Plano que tem como finalidade tratar transversalmente as políticas voltadas à redução da violência letal e das vulnerabilidades sociais que atingem a juventude negra.

O documento apresentado conta com as principais demandas e proposições manifestadas ao longo da realização das Caravanas Participativas para elaboração do Plano Juventude Negra Viva, que percorreu as 27 unidades da federação, entre 18 de maio a 15 de setembro de 2023. A estrutura foi feita a partir de dez eixos-temáticos.

A secretária-executiva do Ministério da Igualdade Racial, Roberta Eugênio, presente no encontro, destacou a importância dessa construção. “Esse é um trabalho de projeto de país. Apesar dos desafios, temos a absoluta certeza da nossa missão e essa missão só se realiza com o povo negro no centro, atuando, parti-

cipando”, disse.

De acordo com o diretor de Política de Combate e Superação ao Racismo e integrante do GTI, Yuri Silva, “esta reunião representa uma etapa muito importante para a finalização deste ciclo de elaboração do Plano Juventude Negra Viva. Aqui, alinhamos os últimos ajustes e diretrizes com a aprovação da redação final e, logo menos, iremos lançar esta política pública que poderá ser utilizada como instrumento efetivo de gestão para promoção da igualdade racial e garantia dos direitos”, afirma.

A reunião do GTI conta com a participação de representantes do Ministério da Igualdade Racial, da Secretaria-Geral da Presidência da República, da Casa Civil da Presidência da República, do Ministério de Estado dos Direitos Humanos e Cidadania, do Ministério da Cultura, do Ministério da Educação, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, do Ministério de Estado do Trabalho e Emprego, do Ministério da Saúde, do Ministério de Estado do Esporte, do Ministério de Estado dos Povos Indígenas, do Ministério das Cidades, do Ministério das Mulheres e do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar e Combate à Fome.●

## A INCLUSÃO DE MULHERES NEGRAS NO MERCADO DE TRABALHO

Neste dia 20, uma ação do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) chama atenção para a igualdade de oportunidades em espaços de poder, destacando a inclusão de mulheres negras no mercado de trabalho, bem como a importância da garantia de direitos da população negra que, de acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), representa 56,1% da sociedade nacional.

A titular da pasta, Cristiane Britto, reforça que o Brasil empenha todos os esforços para a construção de uma sociedade livre do racismo e da discriminação. “Nos últimos anos, avançamos na construção de extenso arcabouço normativo para combater desigualdades históricas, em especial aquelas provenientes do flagelo da escravidão. O ordenamento jurídico nacional ampara a implementação de um número excepcional de políticas públicas de promoção da igualdade racial e de combate a todo tipo de discriminação”, reforçou a gestora.

Por meio de um vídeo publicado nas redes sociais do MMFDH, mulheres negras que conquistaram sucesso profissional relatam a importância de políticas públicas específicas para este público. “É fundamental a criação de políticas para que as mulheres negras tenham não só o acesso, mas também a igualdade de oportunidades e de ser capacitada para isso, melhorar profissionalmente para chegar aonde ela quiser”, salientou a diretora do Departamento de Políticas Étnico-raciais, do MMFDH, Luciana Gonçalves.●

# "AS COTAS RESERVAM UM FUTURO MELHOR PARA TODO O BRASIL"

O presidente Lula costuma dizer que incluir os pobres no orçamento é solução para o país. À frente da Secretaria de Políticas de Ações Afirmativas e Combate e Superação do Racismo, a socióloga Márcia Lima acrescenta que as cotas sociais e raciais para universidade e cargos no serviço público vão garantir um futuro melhor para todo o Brasil, não apenas para a população negra e de baixa renda.

Isaías Dalle

"O bom conhecimento vem das diferentes perspectivas e experiências. Acho que as ações afirmativas não são um ganho para cotistas, são um ganho para a sociedade brasileira. E eu espero que no futuro próximo a gente tenha pessoas jovens, formadas, com essa pre-ocupação, formadas pela diversidade e que possam dar valor ao quanto que a equidade racial pode colocar o Brasil em outro lugar", diz Márcia, doutora em sociologia e professora licenciada da USP, universidade em que liderou a criação e consolidação das cotas, antes de aceitar o convite para compor a equipe da ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco.

Márcia insiste que há uma distorção, no debate público, sobre a política de cotas. "Eu quero dizer que são cotas sociais, e não cotas raciais. O princípio da lei é a reserva de vagas para estudantes de escola pública. Depois vem a reserva de cotas por critério de renda e, por fim, uma sub-cota racial. Mas você fala isso, a oposição não tem essa escuta e está sempre batendo na tecla de que o branco pobre é excluído da lei, o que não é verdade".

Acompanhe a entrevista, em que Márcia Lima fala também das próximas ações e metas do Ministério da Igualdade Racial:

**Focus Brasil - Eu queria começar perguntando qual é a principal ação do ministério, aquela que**

**mais avançou nestes meses de 2023, primeiro ano do terceiro mandato do presidente Lula.**

**Márcia Lima** - O que a gente mais avançou aqui é justamente na institucionalização do ministério. Neste momento, ainda de muita construção de agenda, a gente fez entregas muito importantes no primeiro pacote da igualdade racial, lançado em 21 de março, fizemos boas entregas nos 100 dias de governo. Decretos importantes, relançamos a programa Aquilomba Brasil. Estamos reconstruindo o Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial. Eu não destacaria neste momento uma única política, mas, sim, o quanto que esse conjunto de políticas tem representado para a importância e a ação



do ministério. Lembrando que é um ministério novo, vindo de um período muito difícil. É construir um novo ministério, mas também retomar a importância e as ações da pauta de igualdade racial dentro do governo federal. Então, acho que a gente está conseguindo demonstrar para a sociedade e, dentro deste governo que tem 37 ministérios, a importância do Ministério da Igualdade Racial.

- Eu me lembro que em 2003 a mídia não tinha reservas ao criticar a criação da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial, por considerar inchaço da máquina, algo desnecessário. Eu imagino que depois de tudo que vivemos, essa abordagem diminuiu, pelo menos na mídia tradicional.

- Eu concordo com você. São 20 anos de diferença e 20 anos em que o debate público sobre a questão racial se expandiu muito no Brasil, principalmente pelas

## MUITA COISA POSITIVA ACONTECEU NO COMBATE AO RACISMO MAS HOJE OS DESAFIOS VÊM DESSA DIREITA MUITO RAIVOSA

políticas de ações afirmativas, pela lei de cotas na universidade e no serviço público. A gente teve o episódio George Floyd, que

teve impacto enorme. A própria pandemia também recolocou muito a questão das desigualdades raciais. Realmente hoje não se tem o mesmo estranhamento. Mas, por outro lado, a gente vive um momento de muito retrocesso político. Uma direita que é muito fortalecida, inclusive dentro do Congresso. As dificuldades são de outra ordem. A imprensa tradicional, o mercado editorial, passaram por uma transformação em termos de publicar sobre questão racial, publicar autores negros. Muita coisa positiva aconteceu. Mas hoje os desafios vêm dessa direita, dessa rede social, muito raivosa.

- O ministério identifica qual ataque nas redes é mais frequente?

- Ataques muito personalizados, contra pessoas públicas e contra pessoas no comando do ministério. Mas a gente vê também que a agenda da ação afirmativa, das cotas, é muito criticada. Eles criti-

cam e batem num ponto que não faz muito sentido. Eu quero dizer que são cotas sociais, e não cotas raciais. O princípio da lei é a reserva de vagas para estudantes de escola pública. Depois vem a reserva de cotas por critério de renda e, por fim, uma subcota racial. Mas você fala isso, eles não têm essa escuta e estão sempre batendo na tecla de que o branco pobre é excluído da lei, o que não é verdade. Enfrentamos uma tática que é justamente essa inversão, essa distorção.

Eu sempre costumo dizer que no Brasil tem dois grandes desafios para enfrentamento da desigualdade, que é a educação e a terra. Dois grandes patrimônios da elite brasileira. As ações afirmativas e, ao mesmo tempo, a questão quilombola, em que o grande desafio do projeto é sempre chegar na titulação de terras. A morte de mãe Bernadete, a morte de outras pessoas quilombolas, a violência, têm a ver com a posse da terra. Eu acho que a terra é um capital muito, muito forte, muito central e que mexe realmente na estrutura de poder, assim como a educação.

**- Quantas áreas quilombolas estão pendentes de titulação, e qual é a meta do ministério?**

- Olha, ainda é uma coisa que tem que ser retomada, fazer esse levantamento. Há uma secretaria no ministério voltada especificamente para cuidar de quilombos e povos tradicionais de terreiros. A política de titulação em larga escala é uma política de muito recurso, é uma política de bilhões. A gente precisa avançar do reconhecimento da posse da terra para a titulação. Mas é um processo muito demorado, inclusive juridicamente. O que o ministério tem feito bastante é promover projetos que melhorem a estrutura desses territórios, para promover a permanência das

pessoas nos territórios.

E o tema dos territórios negros, para mim, está para além do território, no sentido que a gente normalmente utiliza o termo para falar das áreas rurais. A gente também tem a questão de territórios nas áreas urbanas, que são as periferias. Territórios negros e que sofrem os mesmos problemas. A gente viu isso muito na pandemia: como que o acesso a recursos desses territórios era diferenciado para espaços mais negros ou menos negros. Eu es-

## O BRASIL TEM DOIS GRANDES DESAFIOS PARA ENFRENTAMENTO DA DESIGUALDADE, A EDUCAÇÃO E A TERRA

tudei muito a desigualdade na Covid-19 e isso era uma coisa que chamava muita atenção. Há um grande desafio, que é titular, mas também tem o desafio de dar condições de vida para as pessoas nesses territórios.

**-Creio que essa tarefa de aperfeiçoar as condições de vida nos territórios exija o trabalho conjunto com outras pastas do governo. O ministério é muito envolvido com ações transversais, que precisam**

**de parceria. Os demais ministérios têm sido parceiros de fato?**

- Sim. Eu acho que nesse ponto a ministra Anielle Franco tem um papel fundamental pela figura que ela representa, pela história que ela tem e a maneira como ela chega a esse ministério. Acho que ela traz a importância de construir essa comunicação. A gente, obviamente, a depender da pauta, tem mais proximidade com um ou outro ministério. Mas a gente tem diálogos sempre muito profundos. Por exemplo, em relação às cotas na universidade, nós trabalhamos muito com a deputada Dandara (PT-MG), que era a relatora do projeto, mas também com o Ministério da Educação, Ministério de Povos Indígenas, Direitos Humanos. Nós todos participamos da discussão desse processo de revisão da Lei de Cotas no ensino superior. Nós estamos trabalhando muito também com o Ministério da Gestão e Inovação, na questão da lei de cotas no serviço público. Vamos lançar alguns programas ou planos que também envolvem muitos ministérios. O programa Juventude Negra Viva tem 15 ministérios. O Plano Nacional de Ações Afirmativas, que está na minha pasta, também envolve muitos ministérios. Nesses últimos seis meses houve um trabalho intenso com dois grupos interministeriais. E uma coisa que eu achei muito positiva do governo foi que na época de preparação do Plano Plurianual (PPA), nosso ministério e os ministérios das Mulheres e Povos Indígenas participaram das oficinas de todos os outros ministérios, para ver como que a gente poderia levar nossas pautas para dentro dos demais ministérios, garantindo inclusive que eles vislumbrassem recursos financeiros para esses três grupos. A gente tem que liderar a construção dessa pauta trans-

versal, e tem conseguido engajamento dos ministérios nesse processo.

**- Nos primeiros mandatos de Lula e Dilma, na área ambiental, existiam metas, como a de redução do desmatamento, e os ministérios envolvidos faziam reuniões periódicas de avaliação, em que cada um prestava contas do que havia sido feito para atingir aquela meta. Imagino que para vocês isso também seja importante, embora a medição de metas seja diferente.**

- Sim. Como todos os outros ministérios tiveram que fazer no PPA, colocar no papel e apresentar quais são as metas, a gente também. Há diferentes formas de medir esses indicadores. Neste primeiro ano, o que a gente está fazendo é estabelecer esses indicadores. Por exemplo: letalidade da juventude negra, empregabilidade, políticas de ações afirmativas. No decreto que vai ser publicado, da lei de cotas no ensino superior, foi estipulado um grupo de acompanhamento dessas políticas, algo que não foi feito antes. Quando a lei foi aprovada, em 2012, as universidades tinham um prazo para começar a implementar e deveria ter esse acompanhamento, só que aí vieram governos que não fizeram esse processo. O Inep tem condições e vai nos dar meios de fazer esse acompanhamento. Nós estamos também construindo indicadores especificamente para acompanhar o Juventude Negra Viva, porque o projeto Juventude Negra Viva não é só sobre a letalidade. Para enfrentar a letalidade desse grupo, a gente tem que olhar para educação, tem que olhar para outros elementos, como o acesso ao emprego, que é um dos grandes problemas da juventude negra no Brasil. Aí cada ministério envolvido uma meta pré-estabelecida.

**- Você pode falar em alguma meta, por exemplo, da letalidade da população negra? Um índice que seja objetivo para quatro anos?**

- O plano que a gente vai lançar é um plano para 12 anos. Não adianta você achar que vai resolver determinados problemas históricos e estruturais no curto ou médio espaço de tempo. Mas a gente tem metas. Por exemplo, o Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial tem

## PARA ENFRENTAR A LETALIDADE DA JUVENTUDE NEGRA, TEM QUE OLHAR PARA EDUCAÇÃO E PARA O ACESSO AO EMPREGO

como meta a adesão de estados e municípios ao sistema. No programa de ações afirmativas, a gente está estabelecendo parcerias com outros ministérios para concessão de bolsas. As metas para as ações afirmativas, neste momento, uma delas a gente já cumpriu, que era a revisão da lei de cotas. E ano que vem nós temos a renovação da lei de cotas no serviço público. Renovar a lei é uma meta. O que não dá para você estabelecer, neste caso das cotas no serviço público, é quantas pessoas vão entrar, porque

não sabemos quantos concursos serão abertos. O que temos hoje são cotas de 20% das vagas, e a gente quer passar para 30%. A gente aprovou no dia 21 de março um decreto presidencial que estabelece que 30% dos cargos e funções comissionados fossem preenchidos por pessoas negras. Não é uma reserva de vagas. Neste caso, até dezembro de 2025, a gente tem que ter esses 30%.

**- E sobre as cotas no ensino superior, a gente consegue falar também em metas numéricas?**

- A meta é 50% de reserva de vagas para egressos da escola pública. Dentro desses 50%, metade para estudantes de famílias de até um salário per capita, e a gente incluiu também agora os quilombolas como beneficiários das políticas. É difícil falar de uma meta de número de estudantes. Para poder estabelecer uma meta, eu teria que te dizer quantos estudantes negros vão terminar o Enem e vão se candidatar. Na pandemia, houve uma redução de 50% de estudantes pretos e pardos entre os inscritos para o Enem. A gente tem que fazer com que os estudantes continuem demandando e estando aptos a cursar o ensino superior.

**- A direita pode esvaziar políticas públicas sem extingui-las de forma explícita, como neste caso do Enem.**

- No programa de permanência estudantil, as bolsas foram reduzidas, o valor da bolsa não era atualizado. A pandemia criou muitos problemas para que os alunos negros e pobres continuassem nas universidades. Os seus provedores principais morrendo...Eu vi essa experiência na Universidade de São Paulo, de alunos que tinham pai e mãe cuidando, trabalhando para que



eles pudessem cursar a universidade, e eles perderam esses provedores. Não tinham mais como se manter na universidade. Há muitas formas de esvaziar as políticas. Não ter concurso, por exemplo. Muitas universidades ficaram sem recurso nenhum. Tirar o dinheiro da permanência estudantil, tirar o recurso da universidade, reduzir o número de bolsas de graduação e de pós-graduação é uma forma muito eficaz de comprometer a política.

- Para a juventude negra que sonha em ingressar no serviço público, qual expectativa que você sugeriria que tivesse?

- O Ministério da Gestão e Inovação, da ministra Esther Dweck, tem sido um grande parceiro nosso, principalmente na construção dessa renovação da lei de cotas para concurso público. Como também está sendo parceiro na regulamentação do decreto de 30% de vagas nos cargos e funções comissionados. Nesse sentido, a ENAP, que é a Escola Nacional de Administração Pública, também. Há diver-

sos cursos para lideranças, como o Lidera Gov, um curso que existe há muito tempo, e que teve agora uma edição só para servidores

## TIRAR O DINHEIRO DA PERMANÊNCIA ESTUDANTIL E REDUZIR O NÚMERO DE BOLSAS É UMA FORMA EFICAZ DE COMPROMETER A POLÍTICA

negros, para que eles pudessem se capacitar para funções comissionadas e cargos de liderança. A carreira no serviço público para

trabalhadores públicos negros é mais lenta, tem mais obstáculos do que para os demais. Eu estou esperançosa que a gente vai, nessa nova versão, na renovação da lei 12.990, conseguir trazer bons quadros, inclusive porque a gente agora tem ações afirmativas que aumentaram o ingresso de pessoas negras no ensino superior. Eu acho que o ministro Camilo Santana tem se empenhado muito nessas questões de permanência. Uma das primeiras coisas que o Ministério da Educação anunciou foi aumento do número de bolsas e do valor das bolsas. Embora a gente sempre fale que o valor da bolsa é muito baixo, a depender da região onde você está implementando essa bolsa, ela pode ser baixa, mas ela faz muita diferença.

A gente construiu agora também um apoio para bolsas de iniciação científica para jovens negros. Então o aluno tem bolsa permanência, mas ele também precisa ter acesso a iniciação científica, à monitoria, porque é isso que melhora a formação dele dentro da universidade.

E é importante as instituições também terem suas iniciativas nesses aspectos. E para isso a gente vai lançar no dia 20 de novembro o Programa Nacional de Ações Afirmativas, cuja ideia é justamente dar segurança jurídica, dar condições de que as universidades públicas e privadas, o mercado de trabalho público e privado, todo mundo possa se ancorar neste programa desenhado pelo governo federal e implementar essas políticas. Os casos de judicialização das ações afirmativas, embora com todo o reconhecimento no Supremo Tribunal Federal, são muito recorrentes, principalmente para o concurso público. O objetivo do programa é fornecer diretrizes para órgãos públicos, autarquias federais. E também há o setor privado, que também nos procura muito, pedindo orientações para implementar ações afirmativas.

**- São muito diferentes a missão de ser professora e essa, de ser gestora pública? O que que é mais emocionante, dá mais sentido de realização?**

- Eu acho que não tem muito uma resposta padrão, porque eu sempre fui uma docente, uma pesquisadora muito inquieta. Então, eu sempre tenho vontade de mudar temas e inventar coisas na sala de aula, inventar formas de avaliação. Eu diria que eu tenho um conteúdo criativo muito forte dentro de mim, que às vezes é muito bom, mas que às vezes também nos traz muitos desafios. Então eu tinha essa inquietude de conhecer o que era fazer a gestão pública, formular uma política pública. Quando ensina políticas públicas, você fala das políticas, mas também dos processos políticos, duas coisas muito conectadas. Quando você vê um projeto de lei que foi aprovado, na posição de analista você

crítica, fala sobre aspectos que deveriam ter entrado no projeto, nas coisas que faltaram. No lugar do gestor, você enfrenta inúmeras barreiras constitucionais, um monte de questões que você simplesmente não pode fazer. Você tem que pensar o seguinte: 'bem, eu tenho que apresentar este projeto de lei, essa proposta para este Congresso, pra onde que eu vou?'. Esse é um dos grandes desafios, realmente ver a micropolítica, a política do cotidiano, as negociações que

## AÇÕES AFIRMATIVAS VÃO SER FUNDAMENTAIS PARA O FUTURO, PORQUE NÃO TEM PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO SEM DIVERSIDADE

são necessárias para você fazer uma boa política pública. Eu me lembro que quando eu estava estudando o ProUni, eu cheguei a entrevistar o hoje ministro da Fazenda, que na época era ministro da Educação, Fernando Haddad, e eu me lembro dele me dizer perfeitamente: 'Bem, o que nós propusemos e o que saiu do Congresso foram coisas muito diferentes'. Então, nem tudo o que a gente tenta fazer, digamos assim, sai exatamente

como a gente pensou.

**- Professora, você tem uma experiência de ação política dentro da universidade, e agora vivencia uma experiência dentro dessa política mais institucional. Isso é uma experiência emocionante? Tem algo que pode atrair as novas gerações?**

- Eu acho que você usou a palavra certa. É emocionante. E acho que é muito importante para o jovem, pelo menos aquele que tenha formação em áreas compatíveis com a gestão pública, que eles se candidatem e ocupem esses espaços. Eu conduzi minha carreira sempre muito atrelada à pesquisa empírica, e enxergando a pesquisa e a formação intelectual, assim como formação de novas gerações, também como um projeto político. Estar aqui nessa perspectiva é muito legal e muito importante. Eu tenho aprendido muito. E eu acho que nós, cientistas sociais, a gente morre como profissional no dia que a gente em que deixa de aprender.

Eu discutia muito isso na universidade: nós estamos formando cientistas sociais para o século 21? A minha aposta, digamos assim, é numa nova geração de gestores públicos. As ações afirmativas vão ser fundamentais para o futuro do Brasil, porque você não tem produção de conhecimento sem diversidade. O bom conhecimento vem das diferentes perspectivas e experiências. Então acho que as ações afirmativas não são um ganho para os estudantes negros ou pobres cotistas, é um ganho para a sociedade brasileira. E eu espero que no futuro próximo a gente tenha pessoas jovens, formadas, com essa preocupação, formadas pela diversidade e que possam dar valor ao quanto que a equidade racial pode colocar o Brasil em outro lugar. •



# POR QUE CELEBRAMOS O DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA?

**Benedita da Silva**

**O** 20 de novembro é a data em que o povo negro celebra o Dia da Consciência Negra. Mas é também uma data reconhecida por todas e todos aqueles que se colocam contra o racismo, a desigualdade social e a discriminação das mulheres – males sociais que andam sempre juntos.

E a uma semana dessa grande data, o povo negro, pobre e indígena obteve uma grande conquista social, que tem impacto direto no fortalecimento de sua consciência política. Refiro-me à promulgação da atualização, ampliada, da Lei de Cotas, instituída pela presidenta Dilma em 2013.

Agora, além da população preta, parda, indígena e pessoas com deficiência (PCD's), o direito às cotas se estende também para a população quilombola. Além disso as instituições devem estabelecer esse mesmo direito inclusivo para os cursos de mestrado e doutorado.

A atualização da Lei de Cotas se deu com a apresentação na Câmara dos Deputados do Projeto de Lei 5384/2020, de autoria da deputada federal Maria do Rosário, onde eu, Benedita da Silva, fui coautora e, no Senado Federal, contou com a relatoria do senador Paulo Paim.

A relatora do projeto na Câmara dos Deputados, a deputada federal Dandara Tonantzin, negra, petista e ex-cotista, disse na solenidade de promulgação

da Lei a frase que sintetiza bem o significado prático e também o símbolo dessa conquista: “antes, éramos objetos de pesquisa, agora somos sujeitos pesquisadores”.

Sem dúvida que ainda falta muito caminho a percorrer e muitos obstáculos a superar para o nosso povo viver num Brasil (e num mundo) sem racismo, sem machismo e sem desigualdade social. Mas o fato de que entre 2012 e 2022, 1.148.521 jovens dos setores historicamente discriminados e socialmente excluídos terem ingressado no ensino superior por meio da Lei de Cotas, conforme dados do Censo da Educação Superior, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), diz muito da nossa conquista, mas também do quanto precisamos avançar.

O racismo estrutural ataca violentamente as ações afirmativas porque teme que os excluídos tenham voz, conhecimento e melhores empregos no mercado de trabalho. Temem que depois dos primeiros cotistas, venham muitos mais e que isso torne o povo negro, indígena e PCD's mais consciente e mais participativo da política nacional, como é o caso, entre outros, da eleição da ex-cotista Dandara como deputada federal.

Outros dados mostram que sem a Lei de Cotas, por exemplo, os 55.122 estudantes pretos e indígenas que ingressaram em 2019, seriam 19.744, ou seja, menos da metade. O mesmo vale para os 45.640 estudantes

de baixa renda que se matricularam em 2019. Sem a Lei de Cotas, seriam apenas 19.430.

E como resposta contundente contra o preconceito racista, os estudantes cotistas demonstraram um desempenho acadêmico igual ou superior àqueles que ingressam pelo sistema de ampla concorrência. Além disso, a taxa de permanência e de conclusão do curso entre os cotistas chega a ser 10% superior à taxa dos estudantes da ampla concorrência.

Todos esses dados mostram, de forma inegável, que o que falta ao povo pobre, preto, pardo, indígena e PCD's são oportunidades, algo que o sistema profundamente racista e desigual nos nega historicamente desde o nosso nascimento.

A Lei de Cotas, bem como os diferentes programas de inclusão social do governo Lula representam a implantação do princípio da equidade nos direitos de nosso povo, o único caminho para a superação de sua exclusão secular do desenvolvimento nacional e da cidadania plena.

A Lei de Cotas representa um traço de união entre a luta dos movimentos negros do passado com a forte mobilização social e institucional do presente. Por isso, na celebração do Dia da Consciência Negra desse ano, resolvi focar na atualização e ampliação da Lei de Cotas como símbolo fundamental da valor e da capacidade intelectual nosso povo.

Benedita da Silva, deputada federal (PT/RJ)



Reprodução

# LEGADO DA LEI DE COTAS GARANTE SUA LEGITIMIDADE

Dandara Tonantzin Silva Castro

**A** lei 12.711, que cria a Lei de Cotas, previa que depois de dez anos se faça uma avaliação. Então, setores conservadores aproveitaram que completava dez anos em 2022 para dizer que as cotas acabariam. Nós nos organizamos na sociedade civil, eu ainda não era deputada, para não deixar os conservadores de extrema direita pegarem a relatoria do projeto. Então, o deputado Bira do Pindaré (PSB-MA) cumpriu um papel muito importante, inclusive para não deixar piorar o projeto de lei. Neste ano, assim que eu fui eleita e tomamos posse, o movimento negro brasileiro nos chamou à responsabilidade de assumir essa relatoria, porque eu sou uma deputada negra do movimento negro. Foi muito duro fazer os debates avançarem, mas conseguimos, porque criamos uma pressão e uma legitimidade de fora para dentro. Os primeiros quatro meses do meu mandato foram dedicados a construir o melhor texto possível para chegar ao Congresso em um outro patamar de negociação. Estive em 15 universidades federais, 12 institutos, nos reunimos na Andifes (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior), com o Fórum de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis, de Extensão, estive na UNE, me encontrei com secundaristas e com o conjunto das diversidades dos movimentos brasileiros: Coalizão Negra, Convergência Negra, Frente Favela Brasil. Até conseguirmos chegar a dez pontos fundamentais para corrigir algumas distorções da Lei de Cotas. E, ao apresentar esses dez pontos em uma grande audiência pública, percebi que a Lei de Cotas ganhou muita legitimidade, porque tem um legado importante. Passamos dez anos

disputando os rumos da universidade, entrando e permanecendo. Isso não é pouca coisa. Então eu fiquei muito feliz de ver a força e que a gente conseguiu logo que apresentou esse texto.

Também foram muito intensas as rodadas de diálogo e negociação com os deputados. Falei com todos os líderes de bancadas, de blocos da Câmara, porque eu queria muito que a gente conseguisse sair do discurso senso comum. Não dava para debater as cotas sobre aquele plano de dez anos atrás. Tivemos de debater as cotas a partir dos resultados das cotas e dos cotistas. Chegamos à negociação com dez pontos, achando que sairíamos com cinco ou seis, mas saímos com nove. O único ponto que caiu nas negociações foram as bancas de aferição estarem dentro da lei, o que, em nosso entendimento, não prejudica, já que as universidades têm autonomia para continuar implementando algo que elas já fazem, as bancas de heteroidentificação.

Conseguimos avançar em nove pontos. Colocamos que, primeiro, todo candidato concorrerá pela nota da ampla concorrência. Se ele não atingir a nota de corte da ampla concorrência, passa a concorrer na vaga da cota. O MEC nos mostrou que se estivesse valendo esse critério no Enem passado, isso significaria 9 mil pessoas cotistas a mais entrando nas universidades. Segundo, garantimos a prioridade dos cotistas receberem bolsa permanência e fizemos uma revisão de renda, trazendo a cota de renda para um salário mínimo. Também tornamos obrigatória a cota quilombola. E a obrigatoriedade de ações afirmativas no âmbito da pós-graduação, o que é fundamental para enegrecer também o mestrado e o doutorado. E instituímos que a vaga

remanescente, ociosa, será destinada a suprir cotas de pessoas com deficiência, pessoas pretas, indígenas, quilombolas. Ela retorna a essas subcotas para justamente fortalecer a proporção de cotistas nas universidades.

Pensando nos próximos desafios, nós precisamos investir no tripé universitário, que é o ensino, a pesquisa e a extensão. Mas eu ousou dizer no quadripé universitário, porque sem alinhar tudo isso à assistência estudantil, essa mesa não se sustenta. Precisamos garantir bolsas para que o estudante viva a universidade em sua integralidade, uma experiência de fato completa. Que possa pesquisar, fazer extensão, ir para a base, que desde a graduação possa romper com aquela dimensão de objeto de pesquisa e passe a ser sujeito de pesquisa, participar de grupos de estudo. E também disputar a validação de saber, de conhecimento no interior da academia, já que ainda vivemos hoje um epistemicídio: matam as nossas referências, as nossas produções epistemológicas. E precisamos ainda garantir condições de entrada e de permanência. Então, a bolsa alimentação, bolsa estudantil, bolsa moradia, transporte, o auxílio creche não é pouca coisa. Por isso também nós lutamos tanto para que o Pnaes, que é o Plano Nacional de Assistência Estudantil, pudesse se tornar lei. Foi aprovado com a relatoria da deputada Alice Portugal (PCdoB-BA) na Câmara e passa agora para o Senado. Nós queremos avançar, inclusive, na destinação de Orçamento da União para a assistência permanente estudantil.

Dandara Tonantzin Silva Castro, deputada federal (PT-MG), relatora da Lei de Cotas e professora, em depoimento a Rose Silva



# LULA SANCIONA LEI QUE REGULA GUARDA COMPARTILHADA

Lei 14.713/2023 afirma que a guarda compartilhada será proibida quando houver violência doméstica ou familiar. Novidade legal já está valendo. O novo instrumento legal pode significar um divisor de águas no direito da família.

**Da Redação do Elas por Elas , com informações do Fórum Brasileiro de Segurança Pública**

O presidente Lula sancionou, em 31 de outubro, a lei 14.713/2023, que altera o Código Civil e o Código de Processo Civil. O novo instrumento legal afirma que a guarda compartilhada será proibida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade de risco de violência doméstica ou familiar provocada por um dos

genitores. Apesar de a lei não especificar nenhum gênero, é notório que as mulheres seguem como principais vítimas das violências que ocorrem dentro dos lares.

A pesquisa “Visível e Invisível: A Vitimização de Mulheres no Brasil”, do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), de março deste ano, revelou “que e mulheres com filhos apresentam prevalência de violência por parceiros íntimos superiores às que não têm filhos. Entre mulheres com filhos, 13,2% disseram ter vi-

venciado essa forma de violência por parte dos parceiros íntimos, ao passo que entre as mulheres que não têm filhos a prevalência foi muito menor, de 3,4%.

Os dados FBSP comprovam que os parceiros seguem como principais alvos, e ter uma lei que afaste do lar o agressor é fundamental: “Nesse sentido, a Lei nº 14.713/23 surge para evitar casos de violência física, moral, psicológica, sexual ou patrimonial previstas na Lei Maria da Penha, para aqueles ex-casais que têm filhos e que compartilham

a guarda deles”, informa Mylla Bispo, advogada, professora e mestra em Direito Público pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

O FBSP afirma ainda, na mesma pesquisa, que quase 30% das brasileiras afirmaram ter sofrido algum tipo de violência ou agressão no ano de 2022, o que corresponde a 18,6 milhões de mulheres acima de 16 anos. Já o estudo “Violência contra Meninas e Mulheres em 2023”, também do Fórum, apontou que feminicídios e homicídios femininos tiveram um crescimento de 2,6% este ano quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

O texto muda a atual redação do Código Civil, que tem induzido juízes a decretarem guarda compartilhada apenas nos casos em que há boas relações entre os pais após o fim do casamento. A ideia é que esse tipo de instituto seja adotado justamente quando se faz mais necessário: nas separações conflituosas.

### Direito de Família

O novo instrumento legal pode representar um divisor de águas no Direito de Família, quando se trata de violência doméstica e guarda de filhos, pois a nova legislação também garante que “antes de iniciar a audiência de mediação e conciliação de guarda (...) o juiz indagará às partes e ao Ministério Público se há risco de violência doméstica ou familiar.”

Bispo já atuou em diversos casos em processos de Direito de Família, onde, segundo relata, os magistrados das Varas Cíveis de Família se portavam da seguinte forma: “uma coisa é o processo de Família e outra é o processo criminoso envolvendo possível crime previsto na Lei Maria da Penha”.

A mestra que, desde 2018, advoga para mulheres em situação de violência, explica que não é possível dissociar as questões familiares pós-divórcio ou dissolução de um casal - um exemplo das ações de proteção dos menores -, das violências sofridas pelas mulheres em suas casas e isso traz diversos reflexos negativos em sua vida mesmo após o afastamento de seu agressor.

“Ainda que nossos processos de tramitação nas Varas de Família foram acostados boletins de

## ENTRE MULHERES COM FILHOS, 13,2% DISSERAM TER VIVENCIADO ESSA FORMA DE VIOLÊNCIA POR PARTE DOS PARCEIROS ÍNTIMOS

ocorrência, deferindo Medidas Protetivas de Urgência (MPU) pelo juiz competente e outros documentos comprobatórios de violência doméstica, estes, na maioria dos casos, não foram apreciados pelo juiz das Varas de Família não é momento de decidir sobre o tipo de guarda”, explicou.

“Com tal inovação legal, tem elementos como denúncias, processos criminais em tramitação, MPUs em vigor que evidenciam

a probabilidade de risco de violência doméstica ou familiar, a guarda compartilhada não poderá ser determinada pelo magistrado. Para tanto, o juiz deverá consultar os pais e o Ministério Público sobre o risco de tal violência envolvendo o casal ou os filhos, antes da audiência de conciliação”, detalhou.

### Principais temores das mães

Bispo, que já foi voluntária na ONG Centro de Defesa dos Direitos da Mulher. Sempre atendeu mulheres com os seguintes medos: como será o exercício da guarda compartilhada? Tem direito a Medidas Protetivas? Como a Justiça pode determinar isso? “Muitas informaram que não tinham nenhuma rede de apoio de amigos ou familiares”.

Desde a criação da Lei Maria da Penha nº11.340 -, em 2006, foram 11 alterações para aperfeiçoá-la, segundo o FBSP. Ela explica ainda que a referida lei, no artigo 22, onde trata-se das Medidas Protetivas de Urgência, prevê que constatada a prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos da lei, o juiz poderá aplicar, de imediato, ao agressor, em conjunto ou separadamente.

“Verifica-se que as Medidas Protetivas de Urgência visam conceder proteção máxima à vítima de violência doméstica, estendendo seus efeitos ao seu núcleo familiar. Entretanto, o dispositivo acima mencionado, muitas vezes, não foi observado no processo cível. Assim, como forma de garantir a maior segurança da(s) vítima(s), inclusive sob a ótica do Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero, recomendado pelo Conselho Nacional de Justiça em 2021, os juízes de Família deverão observar a nova legislação sobre a temática”, informa. •

# DE OLHO NO MUNDO DO TRABALHO

## Recorde no número de microempreendedores individuais

O último levantamento do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) aponta que existem mais de 13,2 milhões de microempreendedores individuais, os chamados MEIs, que correspondem por 69,7% do total de empresas e a principal área de atuação é a de serviços.

São Paulo lidera o ranking de estados com mais MEIs com 3,6 milhões (27,2% do total), enquanto o Rio de Janeiro e Minas Gerais têm 1,5 milhão cada. Na sequência, vêm Paraná com 825,8 mil e Rio Grande do Sul 799,1 mil.

## Ainda segundo o IBGE

Entre as atividades mais comuns estão de Informação e Comunicação (48,5%); Educação (47,8%); e Transporte, Armazenagem e Correio (45,3%).

A maioria dos MEIs é formada por homens (53,3%), da cor ou raça branca (47,6%), com idade entre 30 e 39 anos (30,3%) e sem formação de nível superior completo (86,7%).

## Reforma trabalhista de Temer fez explodir a precarização

Após seis anos da reforma trabalhista do ex-presidente Michel Temer, fica nítido o seu propósito e efeito: precarizar e tornar ainda mais informal as relações de trabalho. O resultado foi a demissão de trabalhadores que passaram a ser contratados como MEI, sem direitos como FGTS e aumento real do salário.

Diante dessa situação, só sobrou para os trabalhadores e trabalhadoras abrir o seu CNPJ para oferecer seus serviços, buscar alternativas - os chamados "bicos" para ter alguma renda.

## Veja bem, não estamos falando mal do MEI...

Quando criado, em 2008, o MEI foi a solução para trabalhadores e trabalhadoras que prestavam alguns tipos de atividades e que não tinham nenhum amparo legal ou segurança jurídica.

Mas, ultimamente a lista de atividades permitidas só cresce e demonstra a fragilidade a médio e longo prazo de direitos do conjunto dos trabalhadores, como a aposentadoria.

## O desafio de dialogar com essa classe-que-vive-do-trabalho

Além de reivindicar direitos para todas as pessoas que dependem do trabalho para sobreviver, é necessário refletir como dialogar com essas pessoas que muitas vezes se intitulam como empreendedores ou como profissionais autônomos.

As tecnologias de informação e comunicação têm transformado o modo de produção capitalista. Em todo mundo, o trabalho organizado sob demanda ou por projeto que exige um profissional que realiza diferentes funções, multitarefa e polivalente avança em uma cadeia global de valor cada vez mais descentralizada e complexa que conta com a contratação de pequenas e micro empresas nesse processo cada vez mais flexível de acumulação.

Como a própria pesquisa do IBGE mostra, 40% dos microempreendedores trabalham em casa. Diferente das cenas comuns do período ordista onde os trabalhadores ficam juntos em uma fábrica, hoje uma parte desses mais de 13 milhões trabalham distantes de seus colegas (do conjunto da cadeia) ou em pequenos estabelecimentos.

Trabalham nas suas garagens, de casa em casa, lugares alugados que sufocam a renda suada obtida com a jornada diária de 10, 12 horas de trabalho, como é comum para cabeleireiras, mecânicos e pequenos comerciantes.

## Entregadores de empresas de aplicativos

Símbolo dessas transformações, os entregadores de empresas de plataformas tinham tudo para ficarem isolados, em seus celulares e aplicativos. Mas a dialética é implacável e, o próprio modelo de relações do trabalho que faz com que os lugares que pagam melhor sejam mais disputados pelos entregadores faz com que eles se juntem, se falem e construam laços entre si nos chamados "bolsões", lugares onde ficam para estarem mais próximos dos bares e restaurantes e serem acionados pelo aplicativo. Ou seja, é possível encontrar e dialogar com esses trabalhadores.

Mas com qual mensagem? Quais são as suas principais bandeiras atuais? Como estabelecer pontos com uma classe tão diversa?

Em meio a tantas mudanças do mundo do trabalho, só não podemos ficar presos às formas de representação e entendimentos que não dialogam com a realidade, principalmente para aqueles que querem transformá-la.

**Tem algum assunto que gostaria de ver aqui na coluna? Envie uma mensagem para [anaflaviamarx@gmail.com](mailto:anaflaviamarx@gmail.com)**

Ana Flávia Marques (Marx) é diretora do Instituto Lula e pesquisadora do Centro de Pesquisa em Comunicação de Trabalho da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. É também doutoranda, mestre em ciências da comunicação e especialista em gestão de comunicação e marketing pela ECA-USP.

# MULHERES NEGRAS NO BRASIL, UM DIAGNÓSTICO

Ministério da Igualdade racial apresentou um estudo que confirma que, na base da pirâmide, essa é a parcela da população que mais sofre violência de gênero.

O relatório elaborado pelo Ministério da Igualdade Racial (MIR) "Informe MIR - Monitoramento e avaliação - nº 2 - Edição Mulheres Negras" traz dados recentes nas áreas de educação, saúde, segurança pública, trabalho, renda e pobreza.

Os resultados obtidos evidenciam os efeitos das desigualdades de raça e gênero, que ajudam na elaboração de políticas públicas eficazes e atuais que auxiliem na promoção de melhores oportunidades para as mulheres pretas (negras e pardas) no Brasil, e as famílias lideradas por elas.

A partir do relatório apresentado fica evidente que o recorte de sexo e raça "possibilita a identificação de questões fundamentadas não apenas em uma perspectiva de gênero mas também pelos efeitos produzidos por seu cruzamento com desigualdades raciais."

De acordo com o estudo, com informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua de 2022, a sociedade brasileira é majoritariamente negra, na qual a população preta e parda totaliza 119,75 milhões de brasileiros e responde por 56% da população total. As mulheres negras são o maior grupo populacional, 60,6 milhões, sendo 11,30 milhões de mulheres pre-

Foto: Agência Brasil



**SEM PAZ** - interseccionalidade entre gênero e raça faz com que as mulheres negras estejam mais sujeitas à violência

tas e 49,3 milhões de mulheres pardas que respondem por mais de 28% da população total.

## Desigualdade no acesso à educação

Tendo em vista que a população negra historicamente foi impedida de ter acesso à educação, desde a época colonial passando pelo período imperial, fica evidente que o sistema educacional ainda reflete uma grande desigualdade racial.

Segundo o Mx IR, embora tenha havido melhoras expressivas nos indicadores de escolaridade das mulheres negras, as desigualdades raciais na educação permanecem em níveis bastante elevados. O percentual de mulheres negras com ensino superior completo é de 14,70% ante 29% das brancas.

## Trabalho, renda e pobreza

Neste campo, o racismo, a discriminação de gênero e o menor acesso à escolaridade, contribuem diretamente para o acesso postoso de trabalho precários, com baixa remuneração e sem acesso a direitos básicos como previdência e salário-mínimo. "Em 2018, quase 48% das mulheres negras ocupadas estavam em ocupações informais, entre as mulheres brancas, esse percentual foi de menos de 35%."

A pesquisa destaca que as mulheres negras ocupam em maior presença o setor de serviços domésticos: Dos quase seis milhões de trabalhadores domésticos, mais de 67% são mulheres negras que trabalham sem carteira assinada (75,3%) e sem contribuição para a previdência social (64,7%) cujos rendimentos do

trabalho as colocam em situação de pobreza (26,2%) ou de extrema pobreza (13,4%).

Em 2018, segundo o IBGE, o rendimento médio das mulheres negras foi de menos de 60% do rendimento das mulheres brancas. Quando comparadas aos homens brancos, esse indicador é inferior a 45%.

### **Maior participação em programas sociais**

Ao analisar dados de junho de 2023 do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) é possível constatar que “as mulheres negras respondem pela maior parcela de pessoas cadastradas, 38,5%, enquanto as mulheres brancas representam apenas 17% e os homens brancos, menos de 13%.” Este padrão se repete para todos os níveis de renda, de modo que a participação das mulheres negras aumenta com o maior nível de pobreza,

variando de 32,8% para as pessoas com renda mensal acima de ½ salário-mínimo a 42,5% para as pessoas em pobreza extrema. Para as mulheres e homens brancos, ocorre o inverso.

O Ministério constata que no período produtivo da vida (18 a 65 anos) é onde a desigualdade é realmente marcante: as mulheres negras respondem por mais de 42% das pessoas cadastradas nessa faixa etária. O número expressa a precária inserção das mulheres negras no mercado de trabalho, marcada por desemprego, informalidade e baixa remuneração, e o pertencimento a famílias com baixa condição de vida.

### **Exposição a riscos à saúde**

Assim como nas demais áreas analisadas, a saúde também é um setor onde as mulheres negras são altamente afetadas. Com a pandemia de Covid-19, essas brasileiras, que têm maior

exposição a riscos à saúde, combinada com o pior acesso à atenção à saúde, tiveram os piores desfechos em termos de mortalidade.

No primeiro ano da pandemia, por exemplo, houve piora no indicador de adequação do pré-natal para todas as mulheres, mas a piora foi mais acentuada para as mulheres negras (1,44%) do que para as brancas (0,54%) e teve reflexos sobre a RMM, que atingiu aproximadamente 75 óbitos por 100.000 nascidos vivos para as mulheres negras e 65 para as mulheres brancas.

De acordo com a pasta, o feminicídio evidencia “como a interseccionalidade entre gênero e raça faz com que as mulheres negras estejam mais sujeitas à violência de gênero quando se compara às mulheres brancas.”

Da Redação do Elas por Elas, com informações do MIR

## **MDH LANÇA PROGRAMA DE COMBATE AO RACISMO**

O Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania lança nesta sexta-feira (17), no âmbito da Caravana dos Direitos Humanos, o projeto-piloto Sankofa na Socioeducação, com foco no enfrentamento e combate ao racismo. Intitulado “Sankofa na Socioeducação: enfrentando e combatendo o racismo no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), o projeto terá aplicação inicial no Ceará, em parceria com a Secretaria Estadual de Igualdade Racial e a Superintendência do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo (SEAS), com repasse de recursos da União ao Estado.

Dando continuidade à série de reportagens do MDHC relacionadas à luta antirracista em

alusão ao “Novembro Negro” - com o objetivo de refletir a respeito do Dia da Consciência Negra, marcado pelo dia 20. A Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente do (SNDCA) apresenta dados e ações que revelam a interseccionalidade dos trabalhos voltados a esse público com a questão racial.

Ainda no âmbito do Novembro Negro, mês voltado à promoção de políticas de equidade racial, a Coordenação de Proteção a foi realizado um levantamento que demonstra que, desde a sua criação em 2003 até dezembro de 2022, o Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM) protegeu 14,1 mil pessoas, entre

as quais 5,2 mil eram crianças, adolescentes e jovens ameaçados de morte, e 8,9 mil familiares. Isto significa que, em média, foram protegidas 700 pessoas por ano durante os 19 anos de execução do programa. Somente em 2022, o PPCAAM protegeu 481 crianças, adolescentes e jovens ameaçados de morte e 573 familiares.

Dentre os protegidos, 37,3% declararam-se pardos e 36,7% declararam-se pretos, ou seja, 74,1% das crianças, adolescentes ou jovens protegidos em 2022 eram negros. Dentre os protegidos, 37,3% declararam-se pardos e 36,7% declararam-se pretos, ou seja, 74,1% das crianças, adolescentes ou jovens protegidos em 2022 eram negros.

# NO STF, ZAMBELLI É RÉ

A deputada federal é denunciada por porte ilegal de arma de fogo e constrangimento. Em outubro de 2022, Zambelli perseguiu, um homem, com arma na mão, em São Paulo

Agência Brasil

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), votou nesta sexta-feira (17) por negar um recurso da deputada Carla Zambelli (PL-SP) e manter a parlamentar como ré no processo sobre a perseguição, com arma de fogo em punho, a um homem nas ruas de São Paulo.

O caso aconteceu em outubro do ano passado, pouco antes do primeiro turno das eleições. A deputada foi denunciada pela Procuradoria-Geral da República (PGR) pelos crimes de porte ilegal de arma de fogo e constrangimento ilegal com emprego de arma de fogo.

Em agosto, a maioria dos ministros do Supremo aceitou denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR) contra a parlamentar. A defesa recorreu, insistindo, entre outros pontos, que a parlamentar, à época dos fatos, possuía autorização para o porte de arma de fogo, o que descaracterizaria o porte ilegal.

Mendes rebateu o argumento, afirmando que a “decisão de admissão da denúncia explicitou compreensão conforme a qual a existência do porte, nas circunstâncias fáticas narradas pela inicial, pode não afastar a existência do delito”.

A defesa voltou a alegar não ter havido o crime de constrangimento ilegal, uma vez que a de-



**RÉ** - Além do porte ilegal de arma de fogo, a deputada federal perseguiu um homem com arma na mão para intimidá-lo

putada teria somente se defendido após ser ameaçada, segundo os advogados. Mendes também rejeitou esse ponto do recurso, frisando que os detalhes do caso serão mais bem esclarecidos com a continuidade das investigações.

O recurso de Zambelli é julgado pela Segunda Turma do Supremo no plenário virtual. Até o momento, o relator, Gilmar Mendes, foi o único a votar. A sessão de julgamento dura até as 23h59 de 24 de novembro.

## Atos golpistas

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), votou na última sexta, 17, pela condenação de mais cinco réus acusados de participação na invasão e depredação das sedes dos Três Poderes, em Brasília, no dia 8 de janeiro.

As ações penais são julgadas

no plenário virtual, em que os ministros têm um período para votar de forma remota. Nesse caso, a sessão de julgamento está prevista para durar até as 23h59 de 24 de novembro.

Dessa vez, são julgados os réus: Ana Paula Neubaner Rodrigues, Ângelo Sotero de Lima, Alethea Verusca Soares, Rosely Pereira Monteiro e Eduardo Zeferrino Englert. Relator, Moraes foi o único a votar até o momento. O ministro votou para que os réus cumpram 17 anos de prisão.

Todos os réus foram denunciados pela Procuradoria-Geral da República por cinco crimes. Até agora, a Corte condenou 25 pessoas pelos atos golpistas. Em geral, as penas têm superado os 13 anos de prisão. Todos também estão sendo sentenciados a pagar, solidariamente, multa de R\$ 30 milhões para cobrir os danos materiais causados aos prédios públicos.



# ONDA DE CALOR: BRASIL JÁ PASSA MAIS DE 50 DIAS AO ANO SOB ALTAS TEMPERATURAS

Ocorrência do evento extremo aumentou em 6 décadas; entre 1961 e 1990 não passavam de 7 os dias com ondas de calor

Por Giovana Girardi, da Agência Pública

**A** onda de calor intenso pela qual passa o Brasil nesta semana, com temperaturas superando os 40°C em diversas partes do país, já não se trata mais de um evento raro. A ocorrência de períodos extremamente quentes aumentou nas últimas décadas, e o número de dias em que vivemos ondas de calor já passa, em média, de 50 por ano.

É o que aponta uma análise feita pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) apresentada nesta segunda-feira

(13), que considerou algumas alterações pelas quais o Brasil já passou nos últimos 60 anos em decorrência do aquecimento global.

De acordo com o levantamento, entre 1961 e 1990 - considerado o período de referência no estudo -, o número de dias com ondas de calor não ultrapassava sete por ano, na média. Com o aumento das emissões de gases de efeito estufa e, por consequência, da temperatura média global, eles saltaram para 20 dias no período entre 1991 e 2000; para 40 dias na década seguinte; chegando a 52 dias entre 2011 a 2020.

Esse aumento da duração das

ondas de calor foi observado em todo o país, mas ocorreu de forma mais pronunciada nas regiões Norte e Nordeste.

A análise não considerou os indicadores dos últimos três anos, mas a tendência é que esse aumento continue - ainda mais considerando que 2023 deve ser, globalmente, o ano mais quente do registro histórico.

De acordo com o Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet), a temperatura média do Brasil também está batendo recordes consecutivos. Os meses de julho, agosto, setembro e outubro foram os mais quentes desde o início das medições. E a expectativa é que as temperaturas extremas

que estão sendo observadas particularmente nesta semana no país também devem bater todos os recordes.

Os pesquisadores consideram como onda calor um período mínimo de seis dias consecutivos em que a temperatura máxima ficou acima de ao menos 10% do que é considerado extremo, na comparação com o período de referência.

“Com esses dados, estamos deixando de apenas perceber as mudanças para de fato conhecer o que está acontecendo no Brasil nas últimas seis décadas”, afirmou em entrevista coletiva o diretor do Departamento para o Clima e Sustentabilidade do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação, Osvaldo Moraes.

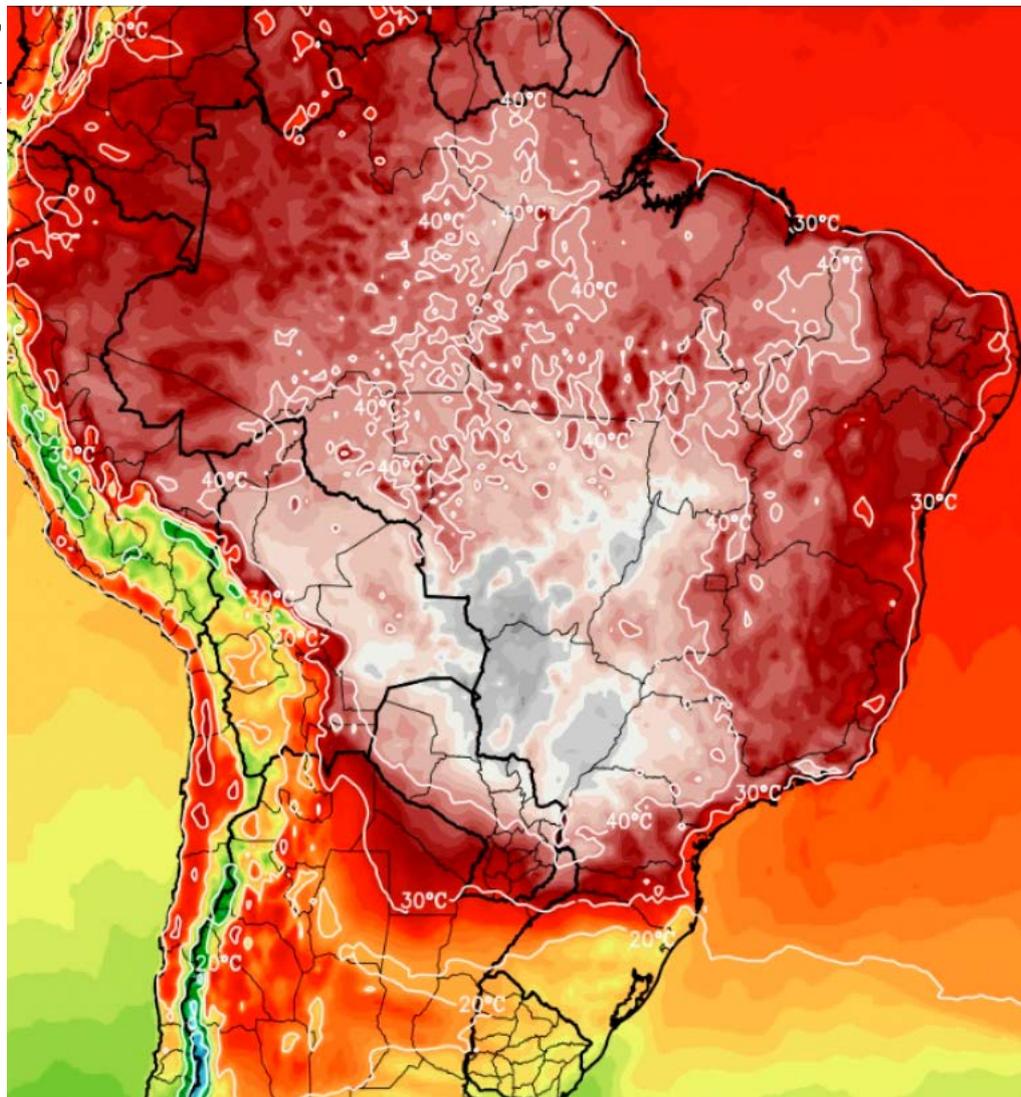
Não só aumentaram as ondas de calor como a própria temperatura no país. “Vemos uma tendência de aumento das temperaturas máximas com sinal bastante expressivo. Entre 2011 e 2020, todas as regiões do Brasil registraram um aquecimento superior a 1,5°C, ou seja, superior ao que requer o Acordo de Paris”, explicou o pesquisador do Inpe Lincoln Alves, que coordenou o levantamento.

Ele se refere ao compromisso assumido por quase todos os países em 2015, durante a Conferência do Clima da ONU, que tinha como objetivo reduzir as emissões de gases de efeito estufa a fim de evitar que a temperatura média do planeta não subisse mais de que 1,5°C na comparação com o período pré-Revolução Industrial.

Em algumas partes do país – em especial no Nordeste e na região central –, as temperaturas máximas já chegavam, entre 2011 e 2020, a ficar cerca de 3°C acima das medidas no período de referência.

De acordo com o levantamen-

Reprodução



**VAI PIORAR** - 2023 caminha para ser o ano com mais extremos climáticos no país

to, no período de referência, entre 1961 e 1990, a média da temperatura máxima para a região era de 30,7°C. Subiu para 31,2°C entre 1991 e 2000, 31,6°C entre 2001 e 2010 e saltou para 32,2°C entre 2011 e 2020.

O trabalho considerou também como se comportaram as chuvas ao longo das últimas seis décadas. Nas regiões Nordeste e central do país (incluindo porções da Norte, da Centro-Oeste e da Sudeste), houve um aumento do número de dias consecutivos secos, em que a precipitação é inferior a 1mm. Entre 1961 e 1990, havia, em média, de 80 a 85 dias, de dias consecutivos secos. Entre 2011 e 2020 já foram cerca de cem dias assim nas áre-

as mais afetadas.

A redução de precipitação, especialmente no Nordeste e no Brasil Central, foi de 40%. Por outro lado, houve um aumento das chuvas na região Sul de até 30%. No período de referência, a precipitação máxima em cinco dias na região era, em média, de cerca de 140 mm. Esse valor cresceu para uma média de 160 mm.

Os dados serão usados para a elaboração de estratégias de adaptação no país dentro do Plano Clima, que está sendo elaborado pelo governo federal. A partir dessas informações, a ideia é analisar os possíveis impactos e vulnerabilidades a fim de elaborar formas de adaptar as cidades e regiões à nova realidade.

# LU LA CONVERSA SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, acompanhado da primeira dama, Janja Lula da Silva, recebeu, na tarde desta terça-feira (14), as senhoras Michelle Bachelet, ex-presidenta do Chile e da UNASUL e ex-alta comissária da ONU para Direitos Humanos; Laura Chinchilla, ex-presidenta da Costa Rica; e Aminata Touré, ex-primeira-ministra do Senegal. A visita se deu por ocasião do evento "Mulheres no Poder: Estratégias para Implementação do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável da ONU para Alcançar a Igualdade de Gênero", promovido no Palácio do Planalto, no mesmo dia, pela ministra das Mulheres, Cida Gonçalves.

Durante a reunião, conversou-se sobre o papel da mulher nas sociedades modernas e a necessidade de promoção de agendas que reduzam as desigualdades de gênero, como a recém-aprovada lei da igualdade salarial. Falaram também sobre a desejável reforma das instituições de governança global e concordaram que os conflitos em curso no Oriente Médio e na Ucrânia são reflexo das dificuldades operacionais da ONU e em particular do Conselho de Segurança. Comentaram também sobre os riscos que corre a democracia no mundo, abalada pela proliferação de informações falsas e narrativas de ódio, e sobre a necessidade de uma revisão do discurso das forças progressistas.

O presidente Lula e a senhora Bachelet comentaram o estado atual das relações entre os países da América do Sul e concordaram que seu melhor momento se deu entre 2003 e 2013, período em que foi criada a UNASUL, presidi-

Ricardo Stucker/PR



da por Bachelet em 2008-2009. Um exemplo positivo citado por Bachelet nesse sentido foi a aproximação entre a UNASUL e a África, que perdeu prioridade nos anos subsequentes.

A seguir, Lula ouviu a seguir, da senhora Touré, comentários sobre a oportunidade representada pela presidência brasileira do G20, agora com a presença da União Africana, e por seu papel no BRICS, para fazer avançar o debate sobre a defesa da democracia e a luta contra a pobreza e a insegurança alimentar, "agenda número um na África". Recebeu também felicitações sobre a reativação de programas sociais do Brasil, em particular o Bolsa Família, "uma revolução social e um modelo para o mundo". O presidente Lula concordou que o financiamento à mulher, esteio de grande parte das famílias, tem grande impacto nas sociedades, a exemplo das recentes iniciativas nesse sentido no continente africano. O presidente manifestou desejo de visitar a sede da União Africana, em Adis Abeba, e adiantou que uma de suas pautas será a defesa da renegociação das dívidas impagáveis dos paí-

ses do continente.

O problema do endividamento excessivo do mundo em desenvolvimento foi novamente suscitado, com preocupação, pela senhora Chinchilla, de quem Lula ouviu também comentários sobre a perda de protagonismo da América Latina em anos recentes, em parte por conta da falta de lideranças que promovam uma integração regional efetiva. A quantidade desproporcional de mortes por Covid-19 na região, em comparação ao resto do mundo, foi citada como exemplo da falta de uma política integrada em prol da vacinação.

O presidente Lula agradeceu os comentários sobre a retomada dos programas sociais bem-sucedidos de seus primeiros mandatos, abandonados pelos governos anteriores, e salientou a necessidade de se pensar novas iniciativas, com enfoques inovadores sobre as demandas das mulheres, da juventude e das camadas médias da sociedade, em áreas básicas como educação, saúde e financiamento à inclusão social.

Categoria Assistência Social

# VIOLÊNCIA CONTRA MULHER, UMA VERGONHA NACIONAL

Femicídios e estupros continuam a crescer de acordo com Fórum Brasileiro de Segurança Pública; apesar da legislação avançar, o aparato de acolhimento e proteção tem falhado para proteger meninas e mulheres

Bia Abramo

**O** Brasil continua apresentando números alarmantes de violência contra mulher. Relatório do Fórum Brasileiro de Segurança Pública revelado na segunda-feira, 13 de novembro, aponta que casos de estupro aumentaram 14,9 %, e os de feminicídio, 2,6% no primeiro semestre de 2023.

Foram 772 mulheres assassinadas entre janeiro e junho deste ano em todo o Brasil. Só na região Sudeste, única região no país que registrou alta de feminicídios e homicídios de mulheres, 273 mulheres foram assassinadas. Em todas as outras regiões, o número baixou em relação ao mesmo período de 2022. No Centro-Oeste houve redução de 3,6% (81 vítimas). No Norte, a queda foi de 2,8% (69 vítimas). Já o Nordeste registrou a maior redução do período: 5,6% (187 vítimas).

Os registros de estupro e de estupro de vulnerável chamam atenção tanto pela alta de casos quanto pela idade das vítimas. Em números absolutos, 34 mil mulheres foram vítimas de estupro: a cada 8 minutos, uma menina ou mulher foi estuprada

Reprodução



**772 MULHERES  
FORAM  
ASSASSINADAS  
ENTRE JANEIRO E  
JULHO DESTE ANO.  
4 MIL MULHERES  
FORAM VÍTIMAS DE  
ESTUPRO, A CADA 8  
MINUTOS**

entre janeiro e junho deste ano no país. Do total dos casos, 70% o crime foi praticado contra meninas de até 13 anos.

Todas as regiões apresentaram crescimento nos casos de estupro e estupro de vulnerável. A maior variação foi confirmada na região Sul, com crescimento de 32,%. A segunda mais alta foi o Norte, com 25%. Nordeste registrou 13,2%, o Centro-Oeste 9,7% e no Sudeste o aumento foi de 4,8%.

"É o maior número que já registramos, só de meninas e mulheres. Se fôssemos considerar também vítimas do sexo masculino, esse dado seria ainda maior. O que a gente vive hoje no Brasil é uma epidemia de violência sexual", afirma a diretora-executiva do Fórum Brasileiro de Seguran-

ça Pública, Samira Bueno.

Para a pesquisadora, o desmonte da rede de acolhimento pode ser apontado como umas das razões que explicam essa alta dos números: “Se precarizou esse atendimento e a articulação dos serviços, especialmente no município e no estado (de São Paulo). São eles que recebem essa mulher, que são a porta de entrada dessa mulher (vítima de violência).”

Os dados apresentados pelo FBS fornecem subsídios importantes para alertar movimentos sociais, instituições governamentais e formuladores de políticas públicas de que ainda há um longo caminho a percorrer quando se trata de violência de gênero. De acordo com o relatório, os dados “parecem indicar a dificuldade que o aparato estatal, em suas diferentes esferas federativas, possui para implementar os dispositivos previstos na Lei Maria da Penha.” Mesmo a Lei Maria da Penha venha sendo complementada e alterada visando aumentar sua efetividade “as previsões legais muitas vezes não se traduzem na prática na vida de milhares de mulheres.”

Entre as alterações mais recentes, estão a lei 13.641/2018, que tornou crime o descumprimento de medida protetiva de urgência, ou da lei 14.713/2023, que impede a concessão de guarda compartilhada quando há risco de violência doméstica. Às vésperas do Dia Internacional para a Eliminação da Violência Contra as Mulheres, em 25 de novembro, e que marca o início das mobilizações em torno dos 16 Dias de Ativismo Contra a Violência de Gênero, que se encerrará em 10 de dezembro, Dia Internacional dos Direitos Humanos, o debate sobre a seguir avançando no sentido da erradicação dessa verdadeira epidemia de violência sexual. •

# VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA IMPULSIONA NÚMEROS NO RIO

## De acordo com o dossiê, 43.594 mulheres foram vítimas de violência psicológica em todo o estado.

A 18ª edição do Dossiê Mulher, divulgado nesta terça-feira (31) pelo Instituto de Segurança Pública (ISP) do Rio de Janeiro, destaca que, pelo segundo ano consecutivo, a violência psicológica foi o crime com o maior número de vítimas mulheres, ultrapassando todas as outras formas de violência sofridas por elas. De acordo com o dossiê, 43.594 mulheres foram vítimas de violência psicológica em todo o estado no ano passado.

Mais da metade dos crimes ocorreu dentro de casa, e a maioria (67,6%) foi cometida por alguém conhecido da vítima. A maior parte das vítimas tinha de 30 a 59 anos e mais da metade eram negras.

O objetivo do Dossiê Mulher é fornecer estatísticas oficiais para criação de políticas públicas voltadas para proteção, acolhimento e atendimento das mulheres e de todas as pessoas que são vítimas desse tipo de violência. Segundo o dossiê, a Lei Maria da Penha foi aplicada em 63,5% dos casos, marcando predomínio da violência doméstica e familiar. A região metropolitana concentrou a maior parte das vítimas (71,4% do total).

A violência psicológica costuma ser a porta de entrada para outras formas de agressão e é

constituída por ameaça, constrangimento ilegal, crime de perseguição, crime de perseguição contra a mulher em razão do gênero, crime de violência psicológica contra a mulher, divulgação de cena de estupro ou de cena de estupro de vulnerável e registro não autorizado da intimidade sexual.

O Dossiê 2023 traz ainda uma análise pioneira na esfera governamental sobre o perfil etário dos autores de violência contra a mulher no estado, o que facilita a implantação de ações preventivas e educacionais, pautadas na conscientização e direcionadas para diferentes grupos, destacou Castro. Do total de autores de violência contra a mulher em 2022, 52,7% tinham de 30 a 59 anos.

O Dossiê 2023 traz ainda uma análise pioneira na esfera governamental sobre o perfil etário dos autores de violência contra a mulher no estado, o que facilita a implantação de ações preventivas e educacionais, pautadas na conscientização e direcionadas para diferentes grupos, destacou Castro. Do total de autores de violência contra a mulher em 2022, 52,7% tinham de 30 a 59 anos. Em 2022, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro concedeu 37.741 medidas protetivas de urgência para a mulher. •



## MARIA CAPRA RECUPERA DIREITO AO MANDATO

**A**petista Maria Tereza Capra obteve na Justiça uma liminar que lhe devolve o mandato de vereadora na cidade catarinense de São Miguel D'Oeste. O cargo havia sido cassado em fevereiro deste ano, por ela ter chamado a atenção, nas redes sociais, para um gesto de saudação nazista encenado por uma pequena multidão, em frente a um quartel do Exército, após a vitória de Lula no segundo turno das eleições presidenciais.

Única parlamentar petista do município, Maria Tereza foi cassada por seus pares, alguns dos quais participaram da catarse extremista, acusada de estar cons-

purcando a imagem da cidade. Naquela manifestação, os presentes, braços erguidos, pediam intervenção militar para impedir a posse de Lula.

Segundo a decisão do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, proferida na última quinta-feira, o retorno de Capra à câmara municipal deve ser imediato e seus vencimentos como parlamentar, suspensos após a cassação, pagos retroativamente.

"Justiça foi feita", disse Capra a jornalistas, após a decisão. Embora provisória e passível de recurso, a medida recoloca o caso em perspectiva real, na opinião dela.

Cidade de 41 mil habitantes, próxima da fronteira com a Ar-

gentina, São Miguel D'Oeste, vivenciou em 2022 uma campanha presidencial profundamente marcada pela violência política. Bolsonaro obteve 66% dos votos no segundo turno. Seus apoiadores fizeram circular listas de comerciantes e profissionais suspeitos de votar em Lula, conclamando a população a boicotá-los. Maria Capra, advogada que tem escritório na cidade, foi uma das moradoras a perder clientela, acusada de "financiar o comunismo", segundo palavras usadas na lista de boicote.

Em Santa Catarina, grupos e células nazistas ativas tiveram aumento de 158% durante o período Bolsonaro, segundo pesquisa da antropóloga Adriana Dias. •

# AS DUAS GUERRAS DE UM BRASILEIRO-PALESTINO

Hasan Rabee, que voltou ao Brasil depois de mais de um mês de espera para deixar Gaza, vem sofrendo ataques xenófobos e racistas nas redes; defesa vai processar, entre outros, a deputada Carla Zambelli

**H**asan Rabee nem bem tinha pisado no Brasil na última e angustiante operação de repatriamento encerrada na madrugada do dia 14 de novembro quando começou a ser atacado nas redes sociais. Depois de ser recebido pelo o presidente Lula, entre outras autoridades, em Brasília, começou um novo inferno para Hasan.

A onda de ameaças começou com matéria veiculada na Globo News na noite do dia 15 que resgatou postagens de Hasan de 2015 nas quais ele supostamente expressa intenções violentas. O vídeo caiu nas redes da extrema direita, a partir do perfil da deputada do PL Carla Zambelli, que o acusou de compartilhar mensagens "pró-terrorismo".

Foi a deixa para que o exército digital do bolsonarismo despejasse nas redes de Hasan toda sorte de mensagens contendo ataques de teor xenóforo, ameaças de morte, calúnia e injúria racial, de acordo com sua advogada Talitha Camargo da Fonseca. Advogada afirma que vai processar autores das mensagens agressiva, incluindo Carla Zambelli.

Hasan se tornou um dos rostos mais conhecidos do grupo de 32 brasileiros que esperaram

mais de um mês para poder sair de Gaza. Com vídeos curtos e fotos postadas numa rede social, o palestino com cidadania brasileira de 30 anos informava aos seus seguidores cada etapa de sua segunda saída de Gaza. Hasan deixou Gaza pela primeira vez em 2014 e se estabeleceu em São Paulo, onde obteve o status de refugiado e tornou-se vendedor de acessórios para celulares.

Quando a guerra começou em 07 de outubro, Hasan visitava a família em Gaza com a mulher e as filhas, de três e seis anos, que são brasileiras e viajaram com ele. Pelo seu perfil nas redes sociais, amplamente usado como fonte por jornalistas, ele relatou a situação de espera de sua família e dos outros brasileiros que esperavam para voltar ao Brasil.

Desde que chegou ao país, na segunda-feira (13), Hasan teria recebido mais de 200 mensagens de diferentes supostos detratores. Ataques de teor xenóforo e contendo ameaças de morte, calúnia e injúria racial foram alguns dos conteúdos identificados, segundo a advogada Talitha Camargo da Fonseca, que o representa. Ela também formalizou um pedido ao Ministério dos Direitos Humanos para que Hasan e sua família sejam incluídos no Programa de Proteção aos Defensores de Direitos

Humanos, Comunicadores e Ambientalistas (PPDDH).

Ao chegar em São Paulo em um voo da Força Aérea Brasileira nesta quarta-feira, ele foi questionado pela imprensa e relatou não se lembrar das publicações. Rabee também afirmou que o material estava sendo usado para ameaçá-lo, já que ele seria um dos mais ativos do grupo de repatriados. Na manhã de quarta-feira, ele publicou um texto defendendo a paz entre Palestina e Israel. "Tem vídeo circulando no TikTok de ameaça, difamação... É surreal. É um grau de desumanidade a ponto de não conseguirem conceber que a pessoa acabou de sair de uma guerra", afirmou sua advogada em entrevista à Folha.

A Secretaria Nacional de Justiça (do Ministério da Justiça e Segurança Pública), que coordena a operação de acolhimento do grupo, afirmou que vai determinar à Polícia Federal que investigue as ameaças feitas aos brasileiros que estavam na Faixa de Gaza. O MDHC se manifestou sobre o caso em nota. "O MDHC reforça a posição de que são condenáveis todas as manifestações de ódio ou ameaça, sejam elas contra quem for. Não há lugar para o antissemitismo, islamofobia ou qualquer tipo de preconceito ou discriminação".•

# CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU APROVA PAUSA HUMANITÁRIA

Proposta formalizada por Malta teve aprovação da maioria dos países que integram o Conselho de Segurança. Estados Unidos, Reino Unido e Rússia se abstiveram na votação que pode ser mais um passo na direção do fim da guerra

O Conselho de Segurança da ONU aprovou, nesta quarta-feira (16), uma resolução pedindo pausa humanitária no conflito entre Israel e o Hamas na Faixa de Gaza. A resolução pede a libertação dos reféns mantidos pelo Hamas e a criação urgente de corredores humanitários e prolongados em toda a área do conflito para atendimento de urgência.

O texto defende o respeito ao direito internacional, principalmente a proteção de civis e crianças, rejeita o deslocamento forçado da população e pede a normalização do abastecimento de bens essenciais, como água, eletricidade, alimentos e suprimentos médicos. Formalizada por Malta, a proposta foi aprovada pela maioria dos países do Conselho, incluindo o Brasil. Estados Unidos, Reino Unido e Rússia se abstiveram de aprovação do texto.

O representante brasileiro, o embaixador Norberto Moretti, afirma que a resolução restaura a credibilidade do Conselho de Segurança. Moretti disse ainda que é preciso respeitar o direito internacional e buscar a paz na região.

A embaixadora de Malta, Vanessa Frazier, disse que as vidas de crianças e recém-nascidos no Hospital Al-Shifa estão em peri-

REUTERS/DAVID Dee' Delgado



go. Para ela, o voto na resolução se traduz em vidas humanas reais. Após cercar o hospital por dias, Israel invadiu o local nesta terça-feira (14), colocando em risco centenas de doentes.

A embaixadora dos Estados Unidos, Linda Thomas-Greenfield, disse que o país não poderia votar sim em um texto que não condenasse o Hamas ou não defendesse a ação de Israel.

O representante de Israel, Jonathan Miller, disse que a resolução é desconectada da realidade e questionou o Conselho por não condenar os ataques à Israel.

Riyad Mansour, Observador da Palestina na Onu, afirmou que era necessário o pedido de cessar fogo e que o objetivo de Israel é de desapropriar Gaza e ne-

gar direitos dos palestinos.

A Rússia chegou a propor uma emenda ao texto, pedindo o cessar-fogo com o fim da violência em Gaza. A proposta foi rejeitada pelos Estados Unidos, que tem poder de veto no Conselho.

Essa foi a quinta tentativa de uma resolução do Conselho de Segurança desde que se acentuou o conflito entre Israel e o Hamas, sempre com veto dos Estados Unidos aos textos que pediam cessar-fogo.

## Itamaraty apoia

O Ministério da Relações Exteriores informou, nesta quarta-feira (15), que o governo brasileiro recebeu "com satisfação" a notícia da aprovação, pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas

(ONU), da primeira resolução relativa à atual crise humanitária na Faixa de Gaza, resultante do conflito entre Israel e o grupo palestino Hamas. O texto foi apoiado pelo Brasil, que até dezembro ocupa um assento para membros não permanentes no órgão. “A resolução, com foco na proteção de crianças, proposta por Malta e apoiada pelo Brasil e pelos demais membros não permanentes, foi aprovada com 12 votos a favor. Estados Unidos, Reino Unido e Rússia optaram pela abstenção”, diz a pasta, em comunicado, explicando que o texto aprovado exige que as partes cumpram suas obrigações em matéria de direito internacional e do direito internacional humanitário, em especial no que se refere a civis e crianças.

Segundo o Itamaraty, a resolução pede a implementação de “pausas e corredores humanitários urgentes e prolongados em toda a Faixa de Gaza por um número suficiente de dias”, para que ajuda humanitária de emergência possa ser prestada à população civil por agências especializadas da ONU, pela Cruz Vermelha Internacional e por outras agências humanitárias imparciais.

O texto pede também a “libertação imediata e incondicional de todos os reféns” mantidos pelo Hamas e por outros grupos, rejeita o deslocamento forçado de populações civis e demanda a normalização do fluxo de bens e serviços essenciais para Gaza, com prioridade para água, eletricidade, combustíveis, alimentos e suprimentos médicos.

Os ataques já deixaram milhares de mortos, feridos e desabrigados nos dois territórios. A guerra entre Israel e Hamas tem origem na disputa por territórios que já foram ocupados por diversos povos, como hebreus e filisteus, dos quais descendem israelenses e palestinos.

# MOVIMENTOS SOCIAIS E PARTIDOS SE UNEM EM SOLIDARIEDADE

## Conflito no Oriente Médio já matou 11 mil pessoas. Ato de solidariedade aconteceu em frente ao Consulado de Israel

Movimentos sociais, sindicatos e partidos políticos se uniram em ato em solidariedade ao povo palestino nesta sexta-feira (17), em frente ao Consulado de Israel, zona sul da capital paulista.

A Organização das Nações Unidas (ONU) contabiliza 11 mil mortos no conflito entre o grupo palestino Hamas e Israel, a grande maioria da Faixa de Gaza, com base em dados do Ministério da Saúde de Gaza. “No genocídio em curso em Gaza, pessoas morrendo de fome e sede vão ser o próximo corpo estilhaçado por uma bomba jogada”, disse a coordenadora da Frente em Defesa do Povo Palestino, a jornalista palestino-brasileira Soraya Misleh.

O ato, que é o sexto sobre o tema na cidade, reuniu cerca de 120 pessoas, a partir de 11h, e foi acompanhado por 12 viaturas e 14 motos da Polícia Militar no local, além de algumas outras viaturas nos arredores. Bandeiras palestinas e cartazes pedindo “cessar fogo imediato”, “fim do bloqueio a Gaza”, “Palestina livre” e “solidariedade ao povo palestino” foram levantados no local..

Entre as entidades que estavam presentes e apoiaram a manifestação, estavam o Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região, a Central única dos Trabalhadores (CUT), Movi-

mentos do Trabalhadores Sem Terra, CSP Conlutas, Sindicato dos Metroviários de SP, Partido da Causa Operária (PCO) e Partido dos Trabalhadores (PT).

“O 1,5 milhão dos 2,4 milhões de palestinos já tiveram que se tornar refugiados mais uma vez, tendo que sair do norte para o sul. Enquanto isso, uma limpeza étnica avançada em toda a Palestina, uma repressão, uma criminalização e uma censura muito forte contra todo o povo palestino”, lamentou Misleh.

### **Vozes judaicas**

Yuri Haasz, integrante do Coletivo Vozes Judaicas por Libertação, que estava no ato, destacou que Israel não representa a coletividade judaica e que há diversidade de perspectivas sobre o que acontece na região atualmente. “Inclusive nessa violência mais recente, nesse genocídio, nesse massacre genocida que está acontecendo em Gaza agora, ao qual nós nos opomos”, disse. Segundo ele, é importante reconhecer quão duro foi o ataque do Hamas em 7 de outubro, que atingiu familiares e amigos da comunidade judaica no Brasil.

Haasz explica que criticar a opressão que Israel exerce sobre os palestinos, do direito internacional, não constitui antissemitismo.



# GREVES CINEMATOGRAFICAS

Isaías Dalle

**D**ezesseis anos separaram duas históricas greves no coração de Hollywood e arredores. Uma paralisação de roteiristas de cinema e de televisão que durou de novembro de 2007 a fevereiro de 2008 teve impacto similar ao de grandes estreias: filmes de grande orçamento foram finalizados às pressas por falta de escritores, séries de TV tiveram suas temporadas reduzidas e até talk shows de grande audiência aderiram à greve.

Neste ano de 2023, os roteiristas foram acompanhados por atores e atrizes em duas greves simultâneas que, embora no mesmo setor de atividade e com pautas semelhantes, foram organizadas por dois sindicatos diferentes. As categorias souberam aliar timing e argumentos para

tentar dobrar uma das indústrias de maior poder no mundo e, de quebra, conquistar apoio de uma audiência que tinha tudo para se frustrar com a falta ou o atraso de seus programas e filmes favoritos.

A paralisação dos atores e atrizes terminou há pouco, no dia 9 de novembro, após quase quatro meses. A de escritores foi encerrada antes, no dia 27 de setembro, com duração um pouco maior. Ambas conseguiram conquistas importantes, tendo no centro da pauta de reivindicações um tema que passou da ficção para a realidade com rapidez atordoante: o uso da inteligência artificial substituindo trabalhadores humanos.

Tanto escritores quanto intérpretes conseguiram avançar. Os roteiristas, por exemplo, conseguiram acordar com a poderosa Alliance of Motion Picture and

Television Producers (AMPTP), que representa a indústria, a garantia de um número mínimo de redatores nas equipes de programas e filmes.

A inteligência artificial vinha sendo usada sem reservas pelos estúdios para a preparação de textos, nas chamadas salas de roteiros, fechando as portas para antigas e novas gerações de escritores. Os botas foram batizados de "máquinas de plágio" pelos grevistas, que conseguiram conquistar também o acesso a ferramentas que possam quantificar a presença de inteligência artificial nos roteiros. O acordo prevê o compartilhamento dos processos, se necessário dos códigos-fontes, para o Writers Guild of America (WGA), sindicato da categoria.

Já atores e atrizes arrancaram o compromisso de que o uso de seus rostos e vozes gerados por

IA só pode ocorrer em novas produções caso cada um deles autorize expressamente, e com remuneração. Alterações digitais nas performances também deverão passar pelo crivo dos intérpretes de carne e osso.

O acordo conquistado pelo Screen Actors Guild-American Federation of Television and Radio Artists (SAG-Aftra), sindicato da categoria, prevê também que não se pode substituir figurantes reais por outros gerados pela IA, chamados “réplicas”. Há também cláusulas para o uso dos “atores sintéticos”, que prevê que o uso desses astros sintéticos só poderá ser feito para substituir partes do corpo de atores reais com autorização prévia e remuneração.

Ciente de que a IA é uma tecnologia em expansão e um tanto imprevisível para caber num único acordo coletivo, o sindicato dos atores vai manter reuniões semestrais de avaliação com a associação da indústria. O sindicato ainda arrancou uma cláusula de criação de um fundo de US\$ 40 milhões anuais, advindo dos futuros lucros com o streaming, para remunerar os artistas.

Os acordos das duas categorias também têm cláusulas tradicionais, dos tempos pré-IA, como reajuste salarial. Mas o debate em torno da nova tecnologia ganhou destaque por apontar caminhos para a proteção do emprego num futuro cada vez mais próximo, servindo de referência para todas as demais profissões com chance de sobrevivência.

Talvez essa preocupação comum com o trabalho seja uma das razões para o amplo apoio que as duas greves obtiveram. Pesquisa feita em agosto mostrou que 67% aprovavam a paralisação e, dentre essas, 86% disseram que manteriam o apoio mesmo que a greve interrompesse suas séries ou programas



favoritos. 74% se manifestaram contra a substituição de escritores e atores por IA, enquanto 87% aprovavam o direito de artistas receberem cachê por reprises na televisão.

A realização dessa pesquisa demonstra um acerto estratégico do movimento sindical estadunidense. A enquete, que ouviu 1.124 pessoas, foi encomendada pela central American Federation of Labor and Congress of Industrial Organizations (AFL-CIO) ao instituto Data for Progress, que tem em sua diretoria pessoas ligadas ou com serviços prestados ao Partido Democrata. O Data for Progress faz pesquisas de opinião sobre temas que nem sempre encontram guarida na mídia tradicional, como greves e descriminalização do aborto.

## TENDÊNCIAS DO SINDICALISMO NORTE-AMERICANO

A central sindical AFL-CIO completa 68 anos no próximo dia 5 de dezembro. Entre os 73 sindicatos ou federações de abrangência nacional a ela filiados, alguns são bem mais antigos. Junção de duas entidades, a mais velha fundada no final do século 19, a AFL-CIO representa desde categorias associadas aos tempos da Revolução Industrial, até jogadores da liga de futebol americano e de beisebol, músi-

cos e funcionários de museus.

A central tenta manter-se conectada com os novos tempos e não perder a oportunidade de promover e apoiar movimentos trabalhistas que questionem a superexploração, mesmo que partam de categorias numericamente pequenas ou tidas como “burguesas”, a exemplo das paralisações de funcionários de museus e galerias de arte em 2020 ou, como em 2007 e agora, greves de roteiristas e atores de cinema e TV.

Os cinéfilos mais atentos já devem ter reparado que os filmes produzidos nos Estados Unidos e mesmo no Canadá exibem, ao final dos créditos de elenco e equipes, as logomarcas dos sindicatos SAG-Aftra e WGA, espécie de selo de qualidade das relações trabalhistas. No Brasil, isso provavelmente seria apontado pela grande mídia e pela indústria do audiovisual como ingerência e burocracia excessivas, causadoras de custos impraticáveis.

Quando a greve dos roteiristas e atores estadunidenses já estava em curso, Margot Robbie, a estrela de “Barbie”, cujas filmagens se encerraram antes da paralisação, afirmou a jornalistas: “Eu apoio totalmente todos os sindicatos e faço parte do SAG, eu os apoio absolutamente”. Coisa de cinema? •

# SUBVENÇÕES A EMPRESAS PRECISAM SER REVERTIDAS À AMPLIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Zeca Dirceu

O governo Lula encaminhou ao Congresso Nacional o PL 5129/2023, que altera a forma pela qual as subvenções dadas às empresas pelos entes federados, em especial aquelas que envolvem o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, são consideradas no cálculo dos tributos federais. A proposta define que apenas as subvenções associadas a investimentos na implantação ou expansão do negócio, que são as que aumentam a produtividade e geram empregos no País, poderão ser abatidas nesse cálculo, beneficiando as empresas e gerando um gasto tributário.

O gasto tributário - ou seja, reduções ou isenções de tributos concedidas a pessoas ou empresas - é especialmente elevado no País, alcançando cerca de 4% do PIB. Para isso contribuem leis que foram sendo aprovadas ao longo dos anos. Dentre elas, a lei complementar nº 160/2017, determinou que quaisquer incentivos de ICMS concedidos pelos estados seriam considerados subvenção para investimento, tenha este ocorrido ou não, e poderiam ser abatidos da base de cálculo dos tributos federais, reduzindo o valor a ser pago pelas empre-



sas. Isso ampliou enormemente a renúncia fiscal ligada a essas subvenções. Segundo a Receita Federal, estas têm crescido e podem atingir R\$ 200 bilhões em 2023, sendo que R\$ 150 bilhões estão concentradas em uma lista de apenas 493 grandes empresas, que recebem o benefício dos estados e também do governo federal mesmo sem realizar investimentos.

Para corrigir essa distorção o governo enviou o projeto acima, que tramita na Câmara dos Deputados em regime de urgência e estabelece que as receitas decorrentes da subvenção, a partir de 2024, não mais possam ser abatidas das bases de cálculo do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ), da Contribuição sobre Lucro Líquido (CSLL), do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins). Em compensação, permite que a empresa apure crédito fiscal de 25% sobre a receita de subvenção, o qual poderá ser utilizado para abater tributos federais ou ser objeto de ressarcimento em dinheiro, desde que a subvenção esteja associada à realização de investimentos. Com isto, evita que o benefício fiscal seja desvirtuado e deixe de atender ao interesse público, além de aumentar sua transparência e segurança jurídica.

O governo Lula tem retomado políticas públicas que estavam abandonadas desde o Golpe de 2016. Para que essas cheguem aos beneficiários faz-se necessária a aplicação de recursos públicos, majoritariamente obtidos por meio da arrecadação de tributos. Com a redução da renúncia fiscal que beneficia poucas grandes empresas, espera-se que estes aumentem cerca de R\$ 137,9 bilhões em quatro anos, surtindo efeitos práticos em mais políticas públicas para melhorar a vida do povo. Ou seja, parte do gasto tributário que hoje não resulta em nenhum benefício para a população, passará a ser refletido em benefícios coletivos.

Deve-se apontar que o projeto não vai trazer mudanças em benefícios tributários já concedidos pelo governo federal, como aqueles destinados à Sudam e à Sudene. O que o projeto faz é evitar que benefícios concedidos por governos subnacionais e sobre os quais o governo federal não tem qualquer ingerência criem automaticamente um gasto tributário que reduz os recursos disponíveis para as políticas públicas.

Os esforços da Bancada do PT serão, portanto, para debater, aprimorar e aprovarmos o texto que ajudará na reconstrução do País ajudando as empresas, a União, os estados e os municípios.

Zeca Dirceu é deputado federal e líder da Bancada do PT na Câmara dos Deputados



15 a 20 de novembro de 1937

**REPÚBLICA E ABOLIÇÃO: HISTÓRIA SEM POVO?**

O futuro quis que duas datas históricas convivessem próximas no calendário brasileiro, apesar das incompatibilidades que guardam entre si. A Proclamação da República, festejada nos dias 15 de novembro, e o Dia da Consciência Negra, nos dias 20, costumam ser apontadas até mesmo como eventos opostos.

A chegada da República, em análises frequentes, é tida como um mero golpe militar sem a participação das camadas populares, e cuja consolidação política e econômica se deu em grande medida à manutenção das bases escravistas. Nestas, fundamenta-se o racismo estrutural que permeia o país e consolida cotidianamente um regime de exclusão e injustiça. A Lei Áurea, promulgada um ano antes, 1888, não deu conta de debelar os perversos efeitos da escravidão legal que durou mais de três séculos.

O racismo que vai se adaptando às circunstâncias e à mudança de regime é um fato, conforme demonstram diversos acontecimentos cotidianos, além de pesquisas historiográficas e análises, recentes e novas.

Já a Proclamação da República como simples quartelada, desejo de uns poucos integrantes da elite nacional, não é uma interpretação unânime. “Acho que é uma interpretação conveniente para manter a ideia de que só existia um projeto republicano no Brasil, o que não é verdade”, comenta Ynaê Lopes dos Santos, doutora em História, professora da Universidade Federal Flumi-

nense e integrante da Rede de Historiadoras e Historiadores Negros.

Ynaê destaca que houve movimentos com forte participação popular e protagonismo negro, como a Conjuração Baiana, em 1798, que tinham em sua pauta os ideais republicanos, transcendendo o modelo daquela independência que estava por vir e que manteria o regime monárquico.

“Há, sim, uma ‘ala’ popular do republicanismo, como a Conjuração Baiana deixa transparecer, bem como a trajetória de vários republicanos negros, como o baiano Manuel Querino. Mas é preciso entender que os interesses desse republicanismo popular não foram integralmente contemplados a partir de 1889”, diz ela.

Ela acredita que, embora não incorporados no novo regime, hegemônico, pelos interesses da elite econômica e política do período, é preciso considerar que o processo de luta popular, em sua lógica cumulativa, teve influência na troca de regime e não deve ser ignorado.

“Na verdade, parte das tensões do século 20 dizem respeito a disputas que visavam ampliar (ou restringir) os sentidos de república”, diz ela. Século não tão distante e cujas lutas reverberam até hoje.

Voltando um pouco no tempo, a própria disputa pela independência já opunha monarquistas a republicanos. A corte e sua estrutura institucional eram pres-

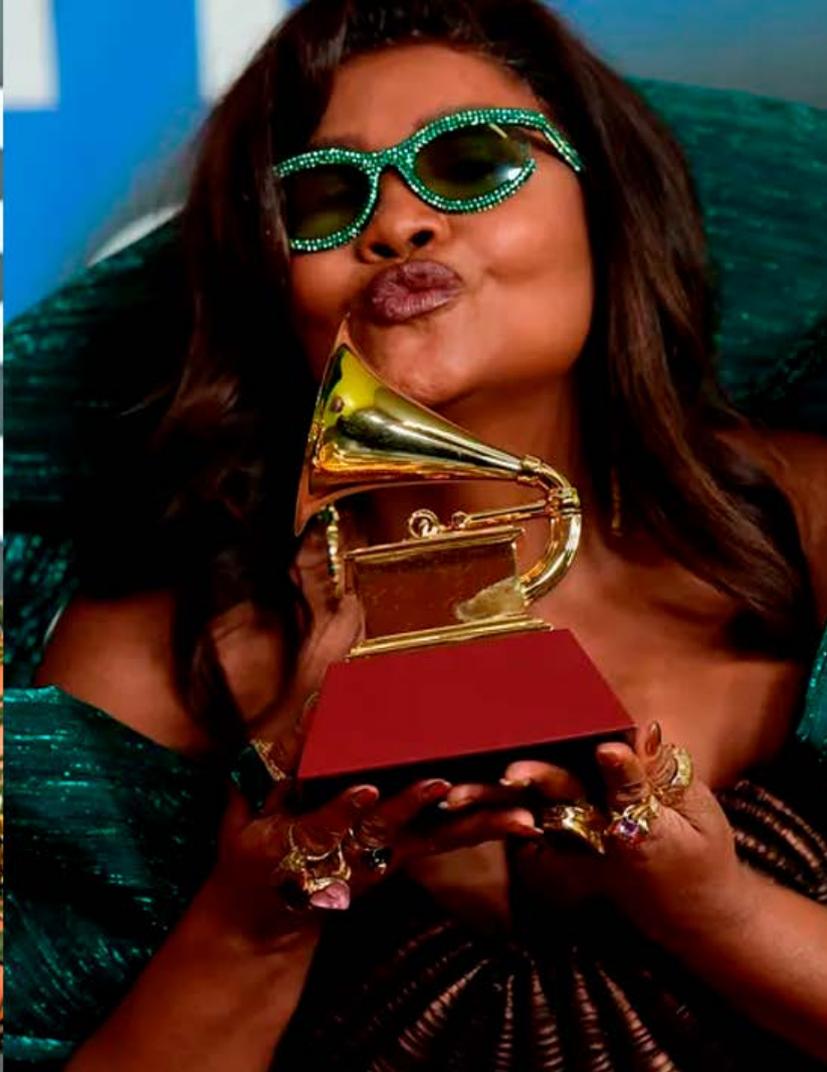
tionadas por agentes que defendiam uma separação não só de Portugal, mas de toda e qualquer coroa. Parte dessa disputa se deu na imprensa, cuja ala republicana teve entre seus protagonistas um que não temeu as consequências e foi punido com o exílio – do qual escapou saltando no porto do Recife para juntar-se à Confederação do Equador, movimento republicano. João Soares Lisboa, homem de origem popular e sem experiência acadêmica, havia sustentado na capital federal o Correio do Rio de Janeiro, fonte de muitos aborrecimentos para o então príncipe regente Pedro de Alcântara.

A historiadora Ynaê, autora do livro *Racismo Brasileiro: uma História da Formação do País*, considera que é impossível pensar em grandes movimentos sociais que aconteceram no Brasil no final do século 18 e ao longo do século 19 que não tenham tido forte participação negra. Se é assim, isso inclui, até, o fim da escravidão legalmente tolerada.

Se a institucionalidade encaimhou certas bandeiras e lutas para lugares aquém do que desejavam os movimentos populares, negar-lhes papel nos grandes eventos, mesmo aqueles escolhidos pela historiografia oficial, pode ser, como alerta Ynaê, conveniente para os próprios opressores. Se todo o povo acreditasse que as elites acabam decidindo tudo, não teria sido criado, por exemplo, o Dia Nacional da Consciência Negra e os movimentos que continua gerando.

*Esta seção é fruto da parceria entre o Centro Sérgio Buarque de Holanda, da FPA, o Memorial da Democracia e o Instituto Lula. Envie suas sugestões por e-mail para [memoria@fpabramo.org.br](mailto:memoria@fpabramo.org.br)*

*[memorialdademocracia.com.br](http://memorialdademocracia.com.br)*



**PREMIADAS NO GRAMMY LATINO 2023:** Xênia França por "Em Nome da Estrela" como o melhor álbum em música pop em língua portuguesa e Gaby Amarantos por "TecnoShow" como melhor disco em música de raízes em língua portuguesa

# COMO SE SAIU O BRASIL NO GRAMMY LATINO

## Bia Abramo

Como na literatura, na música também há uma barreira entre o Brasil e o restante da América Latina. É que se depende da performance do Brasil no Grammy Latino. Na premiação de 2023, ocorrida na última quinta-feira, 16, em Sevilha (Espanha), o Brasil não levou nenhum prêmio entre as categorias principais: álbum,

gravação e canção do ano, além de artista revelação.

Ainda que a música brasileira tenha concorrido em várias delas, nossos principais prêmios em 2023 estiveram nas categorias específicas para língua portuguesa ou em gêneros exclusivamente brasileiros, como samba/pagode ou sertanejo, na quais o Brasil concorreu com... o Brasil, na maioria das vezes.

"TecnoShow", da paraense Gaby Amarantos, venceu como

o melhor álbum de música de raízes em língua portuguesa. O grupo carioca Planet Hemp foi consagrado como autor de melhor álbum de rock ou de música alternativa em língua portuguesa com "Jardineiros". A baiana Xênia França levou o prêmio de melhor álbum de pop contemporâneo em língua portuguesa com "Em Nome da Estrela". "Negra Ópera", do carioca Martinho da Vila, recebeu o título de melhor disco de samba/pagode

Dois prêmios póstumos foram concedidos na noite de ontem, para João Donato e Marília Mendonça. "Serotonina", de Donato, ganhou na categoria melhor disco de música popular brasileira, enquanto "Decretos Reais", lançado depois da morte de Marília Mendonça, foi vencedor de o melhor álbum de música sertaneja.

O casal Tiago Iorc e Duda Rodrigues levaram o gramofone de melhor canção em língua portuguesa por "Tudo o que a Fé Pode Tocar". Eli Soares venceu na categoria de melhor álbum de música cristã em língua portuguesa com "Nós".

A explicação para esse relativo isolamento da música brasileira numa premiação destinada a destacar a produção de toda a América Latina não reside apenas na língua, como talvez seja o caso na literatura. Antes, é atestado de dois fenômenos.

O primeiro é que a música brasileira existe e opera num circuito praticamente fechado, de produção, fruição e consumo. O segundo é o fato de que o grande mercado norte-americano não está nem aí, de certa forma, para a música brasileira, a não ser como curiosidade exótica ou objeto de culto pequeno e localizado.

Ainda que a música brasileira tenha chamado a atenção pela sua originalidade desde os Oito Batutas de Pixinguinha excursionando na década de 1920 do século passado ou dos concertos de Bossa Nova nos anos 1960 nos Estados Unidos, a indústria de música nunca reservou aos artistas brasileiros um lugar de destaque permanente na arena pop (e Anitta que o diga).

Mesmo assim, ganhar um Grammy Latino é palco importante para qualquer artista brasileiro. Em seu discurso de agradecimento, Gaby Amarantos

dedicou o prêmio às mulheres negras, da Amazônia e da periferia: "Eu sou uma artista da Amazônia, da Floresta Amazônica do Brasil. E faço música da periferia negra de Belém do Pará. Quero agradecer, sou uma artista independente. Estou há 20 anos trabalhando com esse estilo. Recebo com muita honra, alegria esse prêmio reconhecendo a música como música de raízes brasileiras. Viva o tecnobrega!".

## DOR DE COTOVELO À COLOMBIANA

Na premiação de ontem, noite que consagrou duas colombianas, a veterana Shakira (melhor canção e melhor música pop com "Shakira: Bzrp Music Sessions, Vol. 53") e a novata Karol G levou (melhor álbum do ano, melhor álbum de urbana e o de interpretação urbana por

"Tqg"). A venezuelana Joaquina conquistou o reconhecimento como artista revelação, em uma categoria que tinha a brasileira Natascha Falcão concorrendo.

A vitória de Shakira justamente com a música gravada (com o rapper Bizarrap) que fez para o ex-marido Gerárd Piqué, cuja letra tem referências bastante diretas sobre as traições que sofreu ainda casada com o jogador de futebol, teve gosto de superação (e vingança) para a cantora. Na época em que foi lançada, a música a colocou no topo da lista de artistas latinos mais ouvidos no mundo, mas também rendeu à cantora muitos ataques masculinos nas redes pela exposição do ex-ídolo do Barcelona e da Seleção Espanhola. Não satisfeita, compôs mais uma série de canções sobre o mesmo tema. "Te Felicito", "Monotonía", "TQG" e "Acróstico".

Reprodução



O líder do Planet Hemp, Marcelo D2, recebe o gramofone de ouro de melhor álbum de rock em língua portuguesa (acima), a música "Tudo que a Fé Pode Tocar", parceria do compositor Tiago Iorc e de Duda Rodrigues foi a melhor canção em português

Reprodução





# BRASIL

## 200 anos de lutas e resistências do povo trabalhador

Everaldo de Oliveira Andrade (Org.)

Ângela Maria de Sousa Silva | Berenice Gomes da Silva  
Carlos A. Ferreira Martins | Cynthia Soares Carneiro  
Eduardo Silveira Netto Nunes | Fernanda Rodrigues Galve  
Francisco das Chagas Pereira | Francisco Elias de Araújo  
Jean Pierre Chauvin | João Maurício Gomes Neto | John Kennedy Ferreira  
José Sergio Gabrielli de Azevedo | Kátia Cilene do Couto  
Lyndon de Araújo Santos | Marcelo Sampaio Carneiro  
Márcia Regina Barros da Silva | Raimunda N. Monteiro | Ronald Rocha  
Vitor Eduardo Schincariol | Zeneide Pereira Cordeiro



FUNDAÇÃO  
Perseu Abramo  
Partido dos Trabalhadores

HUCITEC  
EDITORA

MADRID - 24, 25 e 26 DE NOVEMBRO DE 2023

# VI EPTEX

ENCONTRO DE PETISTAS NO EXTERIOR



ORGANIZAÇÃO:



PARTIDO DOS TRABALHADORES

SECRETARIA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS



PARTIDO DOS TRABALHADORES  
NÚCLEO DE MADRID



Núcleo  
Lisboa



FUNDAÇÃO

Perseu Abramo

Partido dos Trabalhadores



NÚCLEO  
Comunidade  
Valenciana



NÚCLEO DA  
GALIZA

Madaba Br